



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

Incra – SR 11

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

Lista de siglas e abreviações

AGU - Advocacia Geral da União
APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CD - Conselho Diretor do Incra
CDR - Comitê de Decisão Regional do Incra
CGU - Controladoria Geral da União
CIDEJA - Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão
CISER/PR - Secretaria de Controle Interno da Presidência da República
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
COSO - *Committee of Sponsoring Organization*
CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DA - Diretoria de Gestão Administrativa do Incra
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DD - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra
DE - Diretoria de Gestão Estratégica do Incra
DET - Coordenação de Tecnologia do Incra
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra
DT - Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPI - Equipamento de Proteção Individual
E-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GRU - Guia de Recolhimento da União
GT - Grupo de Trabalho
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL - Instituto Federal Sul-rio-grandense
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LIO - Licença de Instalação e Operação
LO - Licença de Ocupação
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCMV - Minha Casa Minha Vida

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
NE - Norma de Execução
NM - Curso de Nível Médio
NS - Curso de Nível Superior
NO - Núcleo Operacional de ATER
OEMA - Órgão Estadual de Meio Ambiente
PA - Projeto de Assentamento
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PFE - Procuradoria Federal Especializada
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA - Programa nacional de Reforma Agrária
PPA - Plano Plurianual
PPR - Planilha de Preços Referenciais
PRA - Plano de Recuperação Ambiental
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRDC - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB - Relação de Beneficiários
RG - Relatório de Gestão
RL - Reserva Legal
RS - Estado do Rio Grande do Sul
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
RUOP - Rede de Unidades de Observação Pedagógica
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do RS
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIATER - Sistema Informatizado de ATER
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor
SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIGRA - Sistema de Gestão Rural da ATER
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC - Sistema de Documento
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SISPROT - Sistema de protocolo
SISREG - Sistema de Regularização de lotes em projetos de assentamento

SNCCI - Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SNT - Sistema Nacional de Titulação
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SR - Superintendência Regional do Incra
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCA - Termo de Compromisso Ambiental
TCE - Tomada de Contas Especial
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título de Domínio
TDA - Título da Dívida Agrária
TED - Termo de Execução Descentralizada
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária
URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Quadros

Quadro 1 – Identificação da Unidade	9
Quadro 2 – Descrição do objetivo estratégico 1	10
Quadro 3 – Descrição do objetivo estratégico 2	12
Quadro 4 – Descrição do objetivo estratégico 3	14
Quadro 5 – Descrição do objetivo estratégico 4	15
Quadro 6 – Descrição do objetivo estratégico 5	16
Quadro 7 – Descrição do objetivo estratégico 6	17
Quadro 8 – Execução descentralizada com transferência de recursos	18
Quadro 9 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária	20
Quadro 10 – Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016	25
Quadro 11 – Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal	30
Quadro 12 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento	32
Quadro 13 – Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro	39
Quadro 14 – Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da superintendência	39
Quadro 15 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	43
Quadro 16 – Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016	69
Quadro 17 – Situação de atendimento das demandas do TCU	77
Quadro 18 – Situação de atendimento das demandas da CGU	77
Quadro 19 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ	86
Quadro 20 – Resultados do atendimento ao público externo	88

Gráficos

Gráfico 1 – Índice de cadastramento de imóveis rurais	29
Gráfico 2 – Índice de análise de processos de certificação de imóveis	29
Gráfico 3 – Índice de regularização fundiária	30
Gráfico 4 – Índice de gastos com obtenção de terras	41
Gráfico 5 – Índice de assentamentos com regularização ambiental requerida – CAR	42
Gráfico 6 – Índice de acesso à água para consumo doméstico	57
Gráfico 7 – Índice de provimento de PDA/PRA	57
Gráfico 8 – Índice de acesso à moradia nos assentamentos	58
Gráfico 9 – Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população	58
Gráfico 10 – Índice de provimento de assistência técnica	59
Gráfico 11 – Índice de parcelas supervisionadas	60
Gráfico 12 – Índice de abrangência de capacitação	67
Gráfico 13 – Índice de horas de capacitação	68
Gráfico 14 – Características do acesso do cidadão à SR	70
Gráfico 15 – Principais Receitas 2016	72
Gráfico 16 – Principais Despesas 2016	73
Gráfico 17 – Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela superintendência	83

Sumário

1- Apresentação	7
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	9
2.1- Identificação da unidade	9
3- Planejamento organizacional e resultados	10
3.1- Planejamento e resultados alcançados	10
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	18
3.3- Desempenho operacional	20
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	62
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	62
4.2- Gestão de riscos e controles internos	62
5- Áreas especiais da gestão	65
5.1- Gestão de pessoas	65
6- Relacionamento com a sociedade	69
6.1- Canais de acesso do cidadão	69
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro	72
7.1- Desempenho financeiro do exercício	72
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	74
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	75
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	77
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	77
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	77
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	83
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	85
9- Anexos e apêndices	86
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	86
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	88
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	89
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	96

1- Apresentação

Em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010, e a Decisão Normativa TCU nº 154/2016, de 19/10/2016, a Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio Grande do Sul (Incra/RS) obriga-se a encaminhar o Relatório de Gestão Individual relativo ao exercício de 2016 aos órgãos de controle externo e interno, levando em consideração a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação estabelecidos.

O Incra/RS administra, direta ou indiretamente, 343 projetos de assentamento (PAs), ocupando uma área de 291.978 hectares, com 12.443 famílias assentadas (Fonte: SIPRA, posição de 31/12/2016), distribuídos da seguinte forma:

- a) PAs Federais: 191 projetos, área de 200.144 hectares, 8.353 famílias assentadas;
- b) PAs Estaduais: 142 projetos, área de 84.259 hectares, 3.783 famílias assentadas;
- c) PAs Municipais: 2 projetos, área de 40 hectares, 21 famílias assentadas;
- d) Reassentamentos Barragens: 8 projetos, área de 7.535 hectares, 286 famílias assentadas.

Nestes assentamentos são desenvolvidas pela autarquia várias ações na área do desenvolvimento, incluindo demarcação topográfica, implantação de infraestrutura básica, concessão de crédito, contratação de assistência técnica (ATER), programa especial de educação do campo (Pronera), programa de agroindustrialização (Terra Sol), supervisão ocupacional, entre outras. Estas ações têm demandado cerca de 70-80% dos recursos orçamentários aplicados pelo Incra/RS nos últimos anos, percentual que chega a 83% em 2016, o que demonstra a prioridade de atuação da instituição na área do desenvolvimento de assentamentos.

Na área do ordenamento fundiário, a superintendência regional gerencia cerca de 650 mil imóveis, menos apenas que Minas Gerais em número de imóveis cadastrados. Destes imóveis, somente em 2016, mais de 79.000 imóveis sofreram atualização cadastral, diretamente no Incra ou através dos 376 convênios que o Incra/RS mantém com municípios para este fim (Unidades Municipais de Cadastro – UMCs). Já com relação à certificação de imóveis rurais, no ano de 2016 foram 5.847 imóveis certificados. Outra atribuição do Incra/RS, assumida após a edição do Decreto nº 4.887/2003, é a identificação, delimitação, desintrusão e titulação das comunidades remanescentes de quilombos, tendo no RS 97 processos administrativos abertos para este fim, sendo que 36 comunidades já estão com ações efetivas do Incra, nas mais distintas fases do processo.

No que se refere à obtenção de terras para incorporação ao PNRA, o Incra/RS tem encontrado obstáculos intransponíveis, seja pela defasagem dos índices de produtividade para fins de desapropriação por descumprimento da função social da propriedade, pelo preço das terras ou pela inadequação do Decreto nº 433/1992, que regulamenta a aquisição de terras através da compra. Os últimos imóveis obtidos pelo Incra/RS através destes instrumentos foram em 2007 por desapropriação e um único imóvel em 2015 por compra (depois de quase 10 anos sem o emprego do decreto no RS). Os imóveis adquiridos nos anos de 2008 e 2009, nas regiões de São Gabriel e Alegrete, foram através da desapropriação por interesse social genérico, Lei nº 4.132/1962, instrumento não mais utilizado pelo Incra por determinação da Presidência da República. Em 2016, um novo projeto de assentamento foi criado pelo Incra/RS (PA Herdeiros da Resistência, município de Pelotas), através de doação.

Considerando os aspectos gerais, as principais adversidades encontradas pelo Incra/RS para o cumprimento de sua missão são as seguintes: a) número significativo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra demandantes de novos assentamentos, com perspectiva de crescimento da demanda devido à crise financeira do estado e do país e dos elevados índices de desemprego; b) dificuldade na obtenção de recursos fundiários para a criação de novos projetos de assentamento, conforme descrito acima; c) demanda permanente nos assentamentos existentes por infraestrutura, créditos e supervisão ocupacional, contrastando com a quantidade insuficiente de servidores da autarquia, agravada pela potencial e constante redução do quadro funcional por aposentadorias; d) atuação de segmentos organizados contrários à reforma agrária, à regularização de terras de povos indígenas e comunidades quilombolas; e) mudança no perfil sócio-econômico dos beneficiários e beneficiários potenciais da reforma agrária; f) recursos orçamentários e financeiros insuficientes para manutenção ou ampliação de metas, situação agravada pela crise financeira do país, que teve seu ápice em 2016, com elevado saldo de restos a pagar; g) dificuldades financeiras e operacionais relacionadas às parcerias com o governo estadual e as prefeituras municipais; h) consequências advindas da publicação do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, de abril/2016, com a suspensão do processo de seleção de novas famílias, do assentamento de famílias já selecionadas e do acesso das famílias com indício de irregularidade às políticas públicas do PNRA; i) crise política do país em 2016, com substituição da gestão no governo federal e no Incra, gerando descontinuidade no processo de reforma agrária em todos os níveis.

Alguns riscos também são identificados: a) intensificação da pressão dos movimentos sociais e conflitos no campo; b) aumento da insatisfação dos servidores; c) não cumprimento de metas e prazos estabelecidos; d) expansão da cultura da soja, que tende a impor fortes restrições para as políticas de desenvolvimento rural, especialmente quanto à geração e amplificação de conflitos fundiários envolvendo agricultores familiares, sem-terra, quilombolas e indígenas, aumento da incidência de práticas irregulares na ocupação dos assentamentos e aumento da incidência de práticas agropecuárias com impactos ambientais negativos nos assentamentos.

O presente Relatório de Gestão está estruturado nos moldes estabelecidos pela legislação supracitada, abrangendo os seguintes itens: 1) Apresentação; 2) Visão geral da unidade prestadora de contas; 3) Planejamento organizacional e resultados; 4) Governança, gestão de riscos e controles internos; 5) Áreas especiais da gestão; 6) Relacionamento com a sociedade; 7) Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro; 8) Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; 9) Anexos e apêndices.

Os conteúdos previstos na normativa do TCU que não se aplicam ao Relatório de Gestão 2016 do Incra/RS são os seguintes: a) item 3.3.1, vii. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal; b) item 3.3.2, v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia; c) item 3.3.2, x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício; d) item 3.3.3, vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência; e) item 3.3.3, ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor. Os itens citados acima devem ser atendidos somente por superintendências do Incra com jurisdição na Amazônia Legal, ou localizadas nas regiões Norte e Nordeste (caso da letra “d” acima).

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Quadro 1 – Identificação da Unidade

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		CNPJ: 00.375.972/0013-02
Principal atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Código SIORG: 4036	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373072
Contatos		
Telefones/Fax: (51)3284-3300 / (51)3284-3306 / (51)3284-3307 / Fax (51)3284-3305		
Endereço postal: Av. Loureiro da Silva, 515 – Bairro Centro Histórico – Porto Alegre/RS – CEP: 90010-420		
Endereço eletrônico: gabinete.sr11@poa.incra.gov.br		
Página na internet: http://www.incra.gov.br		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
373072	SUPERINT. ESTADUAL DO R. G. DO SUL - Incra/SR-11

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
37201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Planejamento e resultados alcançados

O Incra estabeleceu uma metodologia nacional para a fixação das metas para o exercício, a partir da elaboração dos Planos de Ação 2016. Este processo, realizado nos meses de fevereiro e março, apresentou como resultado para cada superintendência o Plano de Metas e Créditos Orçamentários para 2016, contendo os critérios para distribuição e provisão dos créditos orçamentários e metas físicas.

A elaboração dos Planos de Ação 2016 contou com as seguintes etapas: a) assinatura dos Acordos de Gestão entre os Superintendentes Regionais e a Direção do Incra, incluindo a definição das metas físicas e limites orçamentários para cada ação; b) revisão das metas físicas, detalhamento do plano de ação e definição do cronograma físico-financeiro em cada estado, a partir de oficinas de trabalho nas superintendências regionais; c) análise, ajuste e consolidação dos Planos de Ação elaborados nas regionais pelas Diretorias do Incra/Sede; d) aprovação do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2016 (Caderno de Metas) pelo Conselho Diretor do Incra (Resolução CD Incra nº 25, de 30/03/2016).

Os valores das metas físicas e orçamentárias foram revisados no decorrer do ano, sendo que a versão final do Caderno de Metas data de novembro/2016 (Resolução CD Incra nº 49, de 29/11/2016).

Importante ressaltar a conjuntura econômica e política que permeou o ano de 2016, que influenciou sobremaneira na execução dos Planos de Ação, com destaque para a restrição orçamentária e financeira no exercício, manifestada através de decretos de corte e contingenciamento, além da instabilidade política do país, com descontinuidade da gestão do governo federal e do Incra.

3.1.1- Objetivo estratégico 1: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

i. Descrição

Quadro 2 – Descrição do objetivo estratégico

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Família atendida	3.619	6
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Família assistida	11.469	11.469
Número de famílias beneficiadas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Família beneficiada	74	755
Número de famílias atendidas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Família atendida	194	59

Continuação Quadro 2.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de créditos instalação supervisionados	Crédito supervisionado	581	670
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	Assentamento beneficiado/monitorado	6	6
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	Regularização ambiental requerida	4	26
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Profissional capacitado	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional em formação	610	627
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo Pronera, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	Trabalhador rural escolarizado	0	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

As ações realizadas pelo Incra/RS referentes ao desenvolvimento de assentamentos tiveram estreita relação com o planejamento estratégico do Incra/Sede até o ano de 2016. Neste sentido, desde 2003, a maior parte dos recursos orçamentários aplicados pela superintendência atende estas ações. Destaque para o Programa de ATER, praticamente universalizado no RS desde 2009, com novos contratos formalizados em janeiro/2014 e prorrogados em 2015 e 2016, confirmando a prioridade do Incra/RS no tema de inclusão produtiva dos assentamentos. Nesta mesma linha, destacam-se outras ações que prosseguiram em 2016, como a aplicação de recursos no Programa Terra Sol (transporte de arroz orgânico e convênio para agroindústria da cana) e o Termo de Cooperação com a UFSM, que venceu no mês de maio, que tinha como objetivo fornecer suporte técnico e gerencial para acompanhamento, planejamento e articulação das equipes de ATER. Com relação à infraestrutura, houve continuação da parceria com o Governo do Estado para atender demanda de estradas nos PAs, através do prosseguimento do convênio que prevê a aquisição e a operacionalização de patrulhas mecanizadas. Também foram formalizados seis novos convênios, incluindo implantação e recuperação de estradas, abastecimento de água e construções na área de educação. Em relação ao Pronera, destaque para dois novos instrumentos formalizados, sendo um Termo de Fomento para formação de nível médio (Técnico em Administração de Cooperativas) e um Termo de Execução Descentralizada para nível superior (Medicina Veterinária). Na área ambiental, o Incra/RS concluiu o processo de Regularização Ambiental dos PAs, através da inscrição no CAR dos 191 projetos de assentamento sob sua responsabilidade. Entretanto, ocorreram várias dificuldades no ano de 2016 nas ações relacionadas ao desenvolvimento de assentamentos, com destaque para as seguintes: redução da disponibilidade orçamentária, resultando em impacto no Programa Terra Sol e, principalmente, no Programa de ATER, que teve suas atividades reduzidas em 50% a partir do mês de setembro; redução da disponibilidade financeira, ocasionando o não pagamento de parcelas previstas de convênios com Prefeituras e atrasos no pagamento das faturas de ATER às prestadoras contratadas, além de problemas operacionais em convênios com recursos do MDS com o Governo do Estado; dificuldades na operacionalização

descentralizada do Novo Crédito Instalação, ocasionando uma concessão muito abaixo da meta em 2016, apesar da elevada demanda no RS, trazendo frustração de expectativas nas famílias assentadas.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Assistência Técnica praticamente universalizada (11.469 famílias atendidas), obras de infraestrutura iniciadas em anos anteriores concluídas e recebidas (59 famílias atendidas), apoio no transporte de arroz orgânico com recursos do Programa Terra Sol e conclusão de convênios iniciados em anos anteriores (755 famílias beneficiadas), profissionais de NM e NS capacitados em cursos do Pronera (627 profissionais em cursos em andamento), concessão do Crédito Instalação para famílias assentadas (somente 6 famílias atendidas na modalidade Fomento Mulher), regularização ambiental dos PAs através do CAR (191 PAs contemplados).	Prosseguimento dos contratos de ATER em andamento com a inclusão dos novos PAs criados, formalização de novos instrumentos e parcerias para atendimento das demandas de infraestrutura nos assentamentos, conclusão e agilização de obras de convênios e contratos de Infraestrutura e do Terra Sol, formalização de novos convênios do Pronera, efetiva operacionalização no Novo Crédito Instalação para a Reforma Agrária e aperfeiçoamento das ações de gestão ambiental nos assentamentos.	Não há planejamento realizado para longo prazo no Incra.

3.1.2- Objetivo estratégico 2: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

i. Descrição

Quadro 3 – Descrição do objetivo estratégico

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel gerenciado	70.000	79.061
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	Imóvel fiscalizado	0	0
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	Área diagnosticada	0,0000	17,0000
Número de imóveis rurais georreferenciados	Imóvel georreferenciado	200	697

Continuação Quadro 3.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Família atendida	108	198
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documento de titulação expedido	517	603
Número de imóveis rurais regularizados, via direta	Imóvel regularizado	148	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

No ano de 2016 destaca-se o significativo número de imóveis com atualização cadastral realizada. A certificação de imóveis rurais ocorreu plenamente via SIGEF, com o uso do sistema on-line. Na regularização fundiária deu-se continuidade às ações de legitimação de posses de até 100 hectares de que trata a Instrução Normativa nº 80/2014, com a abertura de 64 novos processos de regularização de posses, totalizando 145 processos em andamento. Na demarcação topográfica foram finalizadas as ações iniciadas em anos anteriores e no exercício (3 assentamentos antigos e 2 recentes). Na área de titulação e destinação de imóveis em PAs, não ocorreu em 2016 a regulamentação interna a respeito da emissão de títulos, de forma que no exercício foram mantidas as emissões de Contratos de Concessão de Uso (CCU) e destinação de áreas remanescentes para Prefeituras e cooperativas de assentados, permitindo o acesso destes PAs a investimentos de outras instituições e esferas públicas. Entretanto, para 2017, destaca-se a nova política do Incra que será implementada pela nova gestão da autarquia, centrada na titulação dos assentamentos, a partir da concessão de títulos provisórios (CCU) e definitivos (TD), com nova base normativa.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Manutenção do SNCR, com a atualização cadastral de imóveis rurais (79.061 imóveis atendidos), georreferenciamento de imóveis rurais (697 imóveis atendidos), demarcação topográfica em PAs recentes e antigos com a readequação para atendimento à Lei nº 6.015/1973 (198 famílias atendidas), emissão de CCU e destinação de áreas remanescentes em PAs (603 documentos emitidos).	Manutenção e ampliação da rede de atendimento do SNCR, contribuindo para a efetiva implementação do CNIR, continuidade das ações de regularização fundiária com a titulação de posses rurais, georreferenciamento de terras públicas devolutas para discriminação e de PAs antigos prioritários para adequação à Lei nº 6.015/1973, ampliação da malha de imóveis georreferenciados, prioridade institucional para a titulação provisória e definitiva de assentamentos.	Não há planejamento realizado para longo prazo no Incra.

3.1.3- Objetivo estratégico 3: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

i. Descrição

Quadro 4 – Descrição do objetivo estratégico

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados (laudo entregue)	Área vistoriada	5.600,0000	6.014,7600
Número de famílias assentadas	Família assentada	152	41
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Área obtida	0,0000	0,0000
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Área indenizada	0,0000	0,0000
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	Parcela supervisionada	525	884

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Apesar das dificuldades legais e financeiras para a obtenção de imóveis para a Reforma Agrária (dispositivos legais inadequados e desatualizados, limite de valor por família assentada e elevado preço das terras), o Incra/RS segue com a estratégia de vistorias e fiscalização de imóveis rurais, além de buscar outras formas de arrecadação de áreas (adjudicação, transferência, entre outras). Em 2016, a superintendência criou um único projeto de assentamento, oriundo de doação (PA Herdeiros da Resistência, em Pelotas/RS, com o assentamento de 30 famílias). As famílias assentadas em 2016 ficaram abaixo da meta estabelecida, sendo que o resultado obtido relaciona-se diretamente com o assentamento de famílias novas em PAs antigos. O Incra/RS prosseguiu na estratégia de realizar a supervisão ocupacional dos assentamentos, através da realização de ações em regiões com maior número de indícios de irregularidade. Entretanto, destacam-se dificuldades importantes, que resultaram no descumprimento das metas de assentamento de famílias (suspensão da seleção de novas famílias e homologação de famílias já selecionadas a partir da publicação do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, de abril/2016) e no acompanhamento ocupacional insuficiente aos projetos de assentamento (reduzido número de servidores para atuação no campo). Nova legislação e normativas serão editadas em 2017, estabelecendo, entre outras questões, o pagamento de imóveis para a reforma agrária em espécie e definindo novos procedimentos para a seleção de famílias.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Vistoria de imóveis para criação de novos assentamentos (6.014,7600 ha com laudo entregue), novos PAs incorporados à Reforma Agrária (1 PA criado com capacidade para 30 famílias), famílias assentadas em antigos PAs (41 famílias assentadas), lotes supervisionados em assentamentos em regiões prioritárias (884 parcelas supervisionadas com laudo entregue).	Continuidade da ação de vistorias de imóveis rurais e outras formas de arrecadação de áreas para a Reforma Agrária, assentamento de famílias em áreas novas e em lotes vagos, seguindo as novas normativas a serem publicadas em 2017, além da manutenção da estratégia de supervisão ocupacional de lotes vagos ou com indícios de irregularidades.	Não há planejamento realizado para longo prazo no Incra.

3.1.4- Objetivo estratégico 4: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

i. Descrição

Quadro 5 – Descrição do objetivo estratégico

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres assentadas	Mulher assentada	Não há	24 (59%)
Número de mulheres atendidas pelo Novo Crédito Instalação, na modalidade Fomento Mulher	Mulher atendida	3.441	6
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Mulher assistida	50%	3.472 (30%)

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Em 2016 ocorreram muitas dificuldades na concessão da modalidade Fomento Mulher do Novo Crédito Instalação, em virtude de problemas operacionais do Incra, do Banco do Brasil e dos sistemas corporativos (SIPRA e SNCCI) e, principalmente, pela suspensão das políticas e benefícios do PNRA às famílias com indícios de irregularidade apontadas pelo Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário. Com relação aos contratos de ATER, os dados do SIATER mostram o atendimento de 30% de mulheres em relação ao total de atendimentos realizados. Porém, estima-se que este número seja mais expressivo, tendo em vista às inúmeras ações planejadas pelas equipes técnicas (metas estaduais e regionais) com foco no atendimento de demandas das mulheres (elaboração de projetos do Apoio Mulher, ações na área social, orientações para que as visitas individuais tenham a participação de toda a família, entre outras iniciativas).

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Atendimento de mulheres com o Novo Crédito Instalação na modalidade Fomento Mulher (6 mulheres atendidas) e atendimento de mulheres no programa de ATER.	Operacionalização do Novo Crédito Instalação na modalidade Fomento Mulher, com o atendimento das metas estabelecidas, além da intensificação das ações da ATER com as mulheres assentadas.	Não há planejamento realizado para longo prazo no Incra.

3.1.5- Objetivo estratégico 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

i. Descrição

Quadro 6 – Descrição do objetivo estratégico

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	Área reconhecida	709,0000	766,8099
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Relatório concluído	0	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID publicado	4	3
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	CCDRU emitido	0	0
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	Título emitido	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	Área indenizada	0,0000	0,0000

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

No Programa Brasil Quilombola, em 2016, o Incra/RS deu prosseguimento à elaboração de Relatórios Antropológicos, com o acompanhamento da execução de 4 relatórios contratados, que devem ser finalizados em 2017. Apesar das limitações operacionais, foram publicados 3 RTIDs (Comunidades Anastácia, Costa da Lagoa e Linha Fão), 2 Portaria de Reconhecimento (Comunidades dos Alpes e Limoeiro) e 1 Decreto (Comunidade dos Alpes). Em face da complexidade dos processos e consequências sociais, políticas e econômicas decorrentes do programa, é intensa a atenção da Coordenação do Incra/RS na solução de conflitos e subsídios em ações judiciais, além de atender demandas do MPF e Defensoria Pública. O Programa Brasil Quilombola sofre ameaças em virtude das restrições orçamentárias, judicialização de processos administrativos já encerrados e

questões políticas decorrentes da CPMI da Funai/Incra que está tramitando no Congresso Nacional.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Publicação de RTIDs (3 relatórios publicados), acompanhamento de relatórios antropológicos (4 em andamento), publicação de portarias/decretos de reconhecimento de territórios (2 portarias e 1 quilombo reconhecido).	Novos RTIDs publicados, conclusão dos relatórios antropológicos em execução, contratação de novos relatórios antropológicos, novos decretos e portarias publicadas, além da ação constante de análise das contestações ao RTIDs publicados.	Não há planejamento realizado para longo prazo no Incra.

3.1.6- Objetivo estratégico 6: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

i. Descrição

Quadro 7 – Descrição do objetivo estratégico

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	Jovem assentado	Não há	15 (37%)

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Sobre o presente indicador, em que pese não existir uma meta definida no caderno de metas do Incra, a Portaria nº 06/2013 do MDA, prevê: "*§ 3º Nos assentamentos com vinte lotes ou mais, havendo demanda, deverão ser reservadas até 5% (cinco por cento) das suas parcelas para o assentamento de jovens trabalhadores rurais solteiros, com idade não superior a 29 (vinte e nove) anos, residentes ou oriundos no meio rural, e que nele desejem permanecer ou a ele retornar.*" Considerando esta regra, temos uma meta para Incra/RS relativa a 5% da execução de assentamento de famílias (41 famílias x 5% = 2). Desta forma, temos que a meta foi amplamente superada.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Assentamento de famílias em PAs antigos, com atendimento de jovens do meio rural (15 jovens beneficiados).	Continuidade da ação de assentamento de famílias, seguindo as novas normativas a serem publicadas em 2017.	Não há planejamento realizado para longo prazo no Incra.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Quadro 8 – Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	52	Prestadas	Dentro do prazo	3
			Fora do prazo	3
Total de valores repassados	17.002.172,15	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

Caracterização Termos de Compromisso

Quantidade de termos vigentes	5
Total de valores repassados	395.000,00

Caracterização Termos de Fomento

Quantidade de termos vigentes	1
Total de valores repassados	169.730,00

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Sabe-se que o grande volume de convênios da superintendência é incompatível com a estrutura de pessoal. Porém, nos últimos anos, o Incra/RS direcionou seu foco para a implantação de melhorias na gestão dessas transferências e obteve bons resultados, os quais são demonstrados na análise abaixo.

Dos 52 convênios em vigência durante todo o exercício, 8 tiveram sua vigência expirada em 2016, dos quais 2 foram cancelados. Todas as prestações de contas foram enviadas ainda no mesmo ano. Nota-se o avanço da superintendência com relação ao cumprimento do prazo regulamentar de envio de prestação de contas. Enquanto em 2014 e 2015 o percentual de prestações de contas enviadas dentro do prazo foi, respectivamente, de 8,3% e 35,3%, no ano de 2016 o percentual foi de 50%.

Prestações de contas enviadas	2014	2015	2016
Dentro do prazo	3	6	3
Fora do prazo	33	11	3
Total	36	17	6

A redução do número de prestações de contas entregue fora do prazo deve-se à cobrança sistemática do Incra/RS junto às convenientes. Uma outra análise pode ser feita com relação às prestações de contas não enviadas, conforme abaixo:

Prestações de contas não enviadas	2014	2015	2016
Dentro do prazo	7	0	0
Fora do prazo	9	0	0
Total	16	0	0

No que se refere às prestações de contas não enviadas, percebe-se um resultado positivo no trabalho que vem sendo realizado na superintendência na área de convênios. Pelo segundo ano consecutivo o Incra/RS encerrou o ano sem convênios com a pendência de entrega da prestação de contas.

Portanto, acreditamos que houve uma evolução na gestão de convênios no Incra/RS, com a adoção de medidas eficazes que garantiram que todas as prestações de contas do ano fossem apresentadas, mesmo que algumas ainda fora do prazo. O foco para 2017 é reduzir ainda mais o número de prestações entregues fora do prazo, através de aprimoramentos na fiscalização e acompanhamento dos convênios.

Providências e cronograma executivo para cumprimento dos prazos:

Providências	Cronograma
a) Vinculação de fiscais nos convênios em execução	ação permanente
b) Redução do passivo de convênios através da análise de prestações de contas	2017
c) Envio de notificações aos convenientes com pendência de envio das prestações de contas	ação permanente
d) Análise e finalização no SICONV das propostas encaminhadas em 2016	2017
e) Inscrição em inadimplência da conveniente e abertura de tomada de contas especial quando esgotado o prazo de apresentação da prestação de contas	ação permanente
f) Capacitação interna e externa para os servidores	ação permanente
g) Implantação do sistema de controle interno na área de convênios da superintendência, ação conjunta com a CGU/RS	2017

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Segue, abaixo, demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao ordenamento da estrutura fundiária de responsabilidade do Incra/RS:

Quadro 9 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105 – PO01	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado	70.000	79.061	20.000,00	8.000,00	6.905,24	5.765,40	5.765,40	1.139,84
210U – PO09	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel regularizado	148	0	1.827.600,00	1.873.200,00	1.860.871,99	991.326,37	959.333,17	869.545,62
210U – PO0A	Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel georreferenciado	200	697	133.060,00	60.025,00	51.777,84	49.686,96	48.242,83	2.090,88
210U – PO0B	Gestão de Terras Públicas	Área diagnosticada (ha)	0,0000	17,0000	-	-	-	-	-	-
210Z – PO04	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida (ha)	709,0000	766,8099	141.468,00	141.467,67	131.010,32	96.392,99	86.181,75	34.617,33
210Z – PO03	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área indenizada (ha)	-	-	-	211.618,22	211.618,22	211.618,22	-	-

Continuação Quadro 9.

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105 – PO01	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado	-	-	10.345,95	10.345,95	-	-
210U – PO09	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel regularizado	-	-	677.178,02	677.178,02	-	-
210U – PO0A	Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel georreferenciado	-	-	328.281,29	77.197,29	223.907,00	27.177,00
210U – PO0B	Gestão de Terras Públicas	Área diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-	-
210Z – PO04	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida (ha)	-	-	534.258,81	14.296,49	133.821,82	386.140,50
210Z – PO03	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área indenizada (ha)	-	-	-	-	-	-

As ações ligadas ao macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade do Incra/RS apresentaram os seguintes resultados de execução física e financeira:

Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural:

Em 2016 foram gerenciados 79.061 imóveis rurais, sendo atingida a meta estabelecida de 70.000 imóveis com atualização cadastral para o exercício. Do ponto de vista orçamentário, foram descentralizados 40% da meta orçamentária.

O desempenho apresentado no gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural está calcado no contínuo aprimoramento e constante qualificação dos colaboradores que desempenham as atividades nas Unidades Municipais de Cadastro (UMC). No ano de 2016 foram realizados 2 eventos de capacitação, envolvendo 14 servidores capacitados. A Rede Nacional de Cadastro Rural no Rio Grande do Sul foi ampliada de 346 (situação em dezembro/2015) para 376 Municípios (situação em dezembro/2016), ou seja, cerca de 75% dos municípios do RS contam com atendimento local. No ano, foi realizada a renovação dos Termos de Cooperação Técnica para 44 UMCs. Com a rede que dispomos, temos condições de executar a ação com baixo investimento, proporcionando atender as exigências de forma adequada e sem deslocamento do administrado para locais distantes de sua residência.

No ano de 2016 houve uma ação específica do Serviço de Cadastro. Tratou-se da atualização cadastral dos imóveis rurais do município de Sobradinho, em atendimento à Recomendação nº 03/2016 do Ministério Público Federal – Procuradoria da República de Cachoeira do Sul, em virtude da ocorrência de sobrecadastro (área cadastrada maior que a área territorial do município). Esta divergência decorre, provavelmente, das várias emancipações de distritos ocorridas nos anos de 1996/97, ficando os imóveis que não providenciaram sua atualização cadastral em município divergente da situação fática. Para este trabalho, foram deslocados servidores do Incra/RS para atuar em conjunto com a UMC de Sobradinho, numa força tarefa que aconteceu nos meses de julho e agosto de 2016.

Alguns outros serviços específicos são prestados diretamente pela superintendência, como a emissão de autorizações para desmembramento de imóvel rural abaixo da fração mínima de parcelamento para fins não agrícolas (104 autorizações expedidas em 2015), a descaracterização de imóveis rurais que foram incorporadas às áreas urbanas (218 documentos emitidos) e a emissão de certidões de cadastramento de imóvel para fins de comprovação de atividade rural em pedidos de aposentadoria (16.339 documentos emitidos).

Regularização Fundiária de Imóveis Rurais:

No ano de 2016 deu-se continuidade às ações de legitimação de posses de até 100 hectares de que trata a Instrução Normativa nº 80/2014. Embora a emissão de Títulos de domínio (TD) e Licenças de Ocupação (LO) estivesse suspensa em função do processo de revisão da referida norma, em julho/2016 a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária autorizou a retomada do processo de titulação com a normativa em seu formato original. A Gleba Fazenda Perseverança, no município de São Francisco de Assis teve andamento dos trabalhos, com a abertura de 64 processos de regularização de posses no exercício, os quais se somaram aos 81 já abertos no ano anterior, e se encontram em análise na superintendência. A emissão dos TD's e LO's, no entanto, ficou prejudicada, uma vez que

o valor da indenização a ser pago pelos regularizados é calculado com base na Planilha de Preços Referencial (PPR), documento ainda em fase de elaboração no Incra/RS.

No ano de 2016 o Incra/RS iniciou trabalho de regularização indireta de imóveis rurais em áreas privadas, com a celebração do Convênio 830725/2016, tendo como proponente o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão – CIDEJA, com o objetivo de identificar, selecionar e fazer o geocadastro de 520 imóveis rurais em situação de pendências documentais referentes ao domínio. Ao final do processo estes posseiros terão encaminhada a regularização fundiária através da proposição de ação de usucapião (terras privadas), em parceria com a Defensoria Pública Estadual, ou ações de arrecadação fundiária e titulação dos ocupantes, caso sejam identificadas posses em terras públicas ou devolutas. Este convênio está orçado em R\$ 1.928.840,00 divididos em duas parcelas, sendo que em 2016 foram repassados R\$ 941.520,00. O convênio está em execução e tem prazo de vigência previsto até 12/05/2018.

Os recursos orçamentários efetivamente utilizados para a ação 210U-PO09 alcançaram o montante de R\$ 1.873.200,00, superando o valor previsto inicial em 2,5%. Este montante é significativo em relação aos exercícios anteriores, e se deve em sua maior parte ao orçamento do Convênio 830725/2016. Também decorre disso o alto valor inscrito em restos a pagar, dada a vigência bianual do referido instrumento. Já o valor inscrito em restos a pagar de exercícios anteriores e que foi cancelado refere-se ao contrato RS/0070/2014, para medição e cadastramento de toda a área compreendida por dois municípios (Redentora e Sagrada Família). Este contrato foi rescindido unilateralmente pelo Incra/RS em virtude da sua inexecução total por culpa exclusiva da contratada, que abandonou os trabalhos após a mobilização e não prestou os serviços previstos no projeto básico.

Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional:

As ações de Georreferenciamento da Malha Fundiária e de Demarcação Topográfica de projetos de assentamento se confundem, visto que são procedimentos executados pela mesma equipe e ambas ações são incluídas na base de dados de imóveis georreferenciados.

A execução orçamentária efetivamente utilizada para despesas operacionais na ação foi R\$ 51.777,84. Apesar de ter sido descentralizado menos da metade do valor previsto originalmente, foi possível o cumprimento com majoração da meta física, com a conclusão de trabalhos iniciados em exercícios anteriores, como a conclusão do contrato RS/0045/2013. A maior parte da despesa empenhada se refere ao acompanhamento e fiscalização do contrato RS/0029/2015, para georreferenciamento de todas as parcelas (lotes, reserva legal, áreas coletivas, estradas, etc) de dois projetos de assentamento antigos, para adequação à Lei nº 10.267/2001. Este contrato foi assinado no final do exercício de 2015 e teve sua execução no ano de 2016.

Gestão de Terras Públicas:

No exercício de 2016 foi concluído o processo arrecadatório de uma gleba localizado no município de Alpestre, em que foram arrecadados 17 hectares. A sua destinação deverá ocorrer em 2017, com a regularização da posse, caso seus ocupantes sejam passíveis de regularização.

O procedimento de reconhecimento de terras públicas é um processo moroso, que depende de procedimentos de pesquisa em acervos públicos do Estado e Cartórios de Registros de Imóveis. Por se tratar de patrimônio público ainda não conhecido, na maioria

dos casos, é uma ação continuada e minuciosa, que pode exigir dispêndios orçamentários distintos do tamanho da área em virtude de sua localização, condições de acesso e rendimento de trabalho de campo.

Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas:

No exercício 2016 destaca-se a publicação das Portarias de Reconhecimento das Comunidades dos Alpes e Limoeiro, com área delimitada de 766,80 hectares, situadas nos municípios de Porto Alegre e Palmares do Sul, e o Decreto Presidencial relativo ao Território Quilombola dos Alpes.

Os seguintes RTIDs foram publicados em 2016: Comunidade Anastácia, município de Viamão, com área de 64,1264 hectares; Costa da Lagoa, município de Capivari do Sul, com área de 48,93 hectares; e Linha Fão, município de Arroio do Tigre, com área de 168,24 hectares. Não foi publicado o RTID de Picada das Vassouras por dificuldades operacionais, porém esta prevista a publicação no primeiro semestre de 2017.

Em 2016, teve prosseguimento a elaboração de 4 Relatórios Antropológicos contratados via pregão eletrônico: Comunidades de Paredão, Macaco Branco, Faxinal e Rincão Bonito/Seivalzinho. A entrega dos produtos ocorrerá no primeiro semestre de 2017. Importa destacar que por falta de orçamento deixaram de ser contratados outros 6 relatórios constantes no referido pregão.

No que se refere à defesa em processos judiciais, foram emitidos pareceres técnicos na defesa da autarquia e dos Territórios Quilombolas em ações judiciais das Comunidades de Palmas, Arvinha, Limoeiro, Cambará, Família Silva, Rincão dos Martimianos e Família Fidélix.

Os valores inscritos em restos a pagar dizem respeito ao pagamento dos produtos a serem entregues dos Relatórios Antropológicos contratados pelo pregão eletrônico acima mencionado e publicações legais.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Quadro 10 – Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2016		30
Processos protocolados em 2016	+	5.847
Processos analisados em 2016	-	5.847
Estoque final de processos protocolados em 2016	=	30
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		30
Processos analisados em 2016	+	5.847
Processos arquivados em 2016 (a)	-	0
Processos certificados em 2016 (b)	-	5.847
Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	30
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2016 (a)	+	0
Processos certificados em 2016 (b)	+	5.847
Total de processos concluídos (a + b)		5.847

Análise

O Incra/RS vem ampliando o grau de conhecimento da sua base cartográfica na jurisdição da superintendência. Os números do Estado ainda são pouco expressivos, mas isto se deve ao Rio Grande do Sul concentrar um grande volume de pequenas propriedades, uma vez que aproximadamente 94% das propriedades rurais têm área inferior a 100 hectares, e ainda não estão abrangidas pela obrigatoriedade da certificação nos casos previstos na Lei nº 6.015/1973 e do Decreto nº 4.449/2002, sendo que a incorporação destes imóveis na base cartográfica alcançou patamares compatíveis com a demanda e a obrigatoriedade do dispositivo legal.

No ano de 2016 ocorreu a plena automação da certificação de imóveis rurais através do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF. A metodologia adotada permite que o profissional tenha respostas imediatas e as pendências que são apontadas pelo próprio SIGEF tomam dois caminhos: as correções de cunho técnico devem ser solucionadas pelo profissional habilitado; e, as sobreposições identificadas com o sistema analógico anterior são encaminhadas ao Comitê Regional de Certificação, que analisa em ordem cronológica de entrada, com resolução em curto espaço de tempo. Com relação aos processos protocolados em anos anteriores e pendentes de certificação, esclarece-se que envolvem ações de usucapião, cuja certificação será expedida somente após o trânsito em julgado das ações judiciais a que se referem. Destaca-se ainda, em 2016, o trabalho de Auditoria realizado pelo Comitê Regional de Certificação. Este trabalho deu-se em cumprimento ao Memo Circular nº 13/2015, da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Nesta ação foram auditadas 30 certificações efetuadas nos anos de 2013 e 2014, abrangendo 88.392,93 hectares e 15 profissionais credenciados. Quanto à comunicação com os cartórios, procedimento dentro

do próprio SIGEF vem atendendo com alguns pequenos problemas, que temos sanado com o amplo diálogo que estabelecemos com o Colégio Registral do RS, estando todos cumprindo os dispositivos legais.

Para atendimento da gratuidade que trata o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015/1973, o Incra/RS tem seguido as orientações passadas pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF. Em 2016, entrou em vigor a exigência do georreferenciamento para fins de alteração registral de imóveis com área igual ou superior a 100 hectares. De acordo com dados apurados junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, há cerca de 5.000 imóveis cadastrados com área igual ou superior a 100 hectares e menores que 4 módulos fiscais, envolvendo 61 municípios do Estado do RS. As solicitações são encaminhadas ao Incra/RS através da Sala da Cidadania, que recebe os requerimentos e formaliza o processo com a documentação prevista no Memo Circular nº 13/DF/Incra. O processo deve então ser analisado pela área técnica, quanto ao preenchimento pelo interessado das condições previstas na legislação para a obtenção da gratuidade, bem como do envolvimento do imóvel em transação imobiliária em que seja requerida a certificação. Em 2016 não houve processos protocolados na superintendência regional do RS.

Para os imóveis do patrimônio do Incra, estabelecemos procedimentos que buscam viabilizar o levantamento e demarcação de todos os projetos de assentamento, buscando inicialmente recursos para as áreas mais antigas, com 20 anos ou mais de incorporação, que necessitam de enquadramento à legislação atual. Em 2016 foi executado o serviço de georreferenciamento dos PAs Capela, localizado nos municípios de Capela de Santana e Nova Santa Rita, com 101 famílias beneficiadas, e Cerro dos Munhoz, localizado no município de Santana do Livramento, com 67 famílias atendidas. A execução encerrou no final de 2016, sendo que a análise e certificação das parcelas será concluída em 2017. Os demais assentamentos enquadrados no critério anterior serão executados na medida da disponibilidade orçamentária e considerando-se a capacidade operacional de fiscalização dos contratos. Posteriormente, a proposta é atender os PAs criados até 2008, pois todos os posteriormente incorporados já estão adequados à legislação.

Quanto à quantidade e qualidade dos contratos firmados para este fim, podemos definir como compatíveis com o quadro de servidores, pois um grande volume de recursos para contratação seria inviável de ser fiscalizado, tendo em vista que os servidores da área tem atuação em diversos segmentos, incluindo as comunidades quilombolas, a adequação de PAs antigos à legislação, a medição das novas áreas e a fiscalização das licitações em PAs e nos municípios que servirão de modelo para o cumprimento no disposto do § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015/1973. Estas atividades ocupam totalmente a força de trabalho do Incra/RS. Por outro lado, por se tratar de atividade com custo elevado, a disponibilidade orçamentária e financeira é decisiva para a execução desta ação. Com isto, planeja-se em médio prazo concluir o procedimento de adequação. Ressaltamos que a segurança e as adequações não comprometem as transmissões para o nome da autarquia, já que as novas incorporações são executadas imediatamente.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Nesta superintendência regional encontram-se abertos atualmente 97 processos administrativos para regularização fundiária dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos no Estado. Por conta das limitações impostas pelas condições operacionais de nossa equipe, e visando o justo atendimento de todos os procedimentos previstos no Decreto nº 4887/2003, bem como na Instrução Normativa nº 57/2009, a autarquia adota uma planilha de acompanhamento dos processos. Através desta planilha, estabelecemos dois critérios de prioridade no andamento das ações: tempo de abertura do processo e situações de conflito ou demandas territoriais em disputas judiciais. Do total de processos abertos, nossa equipe tem ações em andamento ou já concluídas em aproximadamente 36 processos.

Reafirma-se o contido no Relatório de Gestão 2015, que o processo de construção dos RTIDs, dada a sua complexidade, tem levado um extenso período de tempo entre o seu início e a sua conclusão. Tanto por convênios como por licitação, apenas o Relatório Antropológico tem demorado em média dois anos para sua finalização. Ainda, em muitas situações, o Levantamento Fundiário, outra peça do Relatório, geralmente tem gerado conflitos com ocupantes e possíveis detentores de títulos de domínio em áreas reivindicadas pelas comunidades. Não raro, para execução desta fase do trabalho, o Incra busca apoio da Polícia Federal na proteção de seus técnicos. Cabe, também, citar que a ampla pesquisa cartorial, necessária para elaboração do Relatório Antropológico e a conclusão do Levantamento Fundiário, é outro fator que emperra a regularização fundiária das comunidades.

Depois de publicado o RTID, abre-se a fase do contraditório em relação à ação da autarquia. Apenas para citar, foram apresentados 206 contestações em relação ao RTID da Comunidade Remanescente de Quilombo de Morro Alto, nos municípios de Maquiné e Osório. Analisadas as contestações, inúmeros são os questionamentos judiciais, implicando em nova atuação da superintendência regional na defesa de seus procedimentos, bem como a notificação direta e pessoal dos contestantes.

A regularização fundiária termina com o Decreto Presidencial, declarando os territórios de interesse social e autorizando o Incra a proceder às desapropriações. É um longo e tortuoso caminho a ser percorrido para garantir o Direito Constitucional de titulação das terras das comunidades quilombolas.

Por fim, inúmeras são as variáveis que fogem ao controle da superintendência, todas elas implicando processos de negociação com associações, sindicatos, prefeituras e proprietários para evitar conflitos que surgem no decorrer das ações necessárias para elaboração de todas as peças dos RTIDs. Isso implica longo processo de negociação e convencimento, o que implica mais uma vez o fator tempo.

A demora da conclusão dos processos desapropriatórios e da titulação definitiva é igualmente um dos principais problemas na política quilombola, pois após a avaliação das áreas e instrução dos processos, fica a desapropriação pendente de orçamento e financeiro para sua efetivação.

Apesar das dificuldades, entendemos que o Incra deu resposta significativa, pois em 2016 foram publicadas 2 Portarias de Reconhecimento e 3 RTIDs. Ainda, estão em fase de finalização 4 RTIDs.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Destacamos as seguintes iniciativas: fazer a gestão de pessoal e de fluxos de forma colegiada com os coordenadores das ações, buscando ter uma equipe de servidores e colaboradores motivados para o desempenho de suas atividades, que resulta em qualidade de trabalho; manter os processos sob controle, visando que os mesmos possam garantir a segurança das informações, tendo em cada procedimento seu fluxo elaborado e alterado quando necessário, para qualificar os registros da autarquia; atuar de forma alinhada com o direcionamento apresentado pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, participando com sugestões e opinando quanto aos processos e políticas, buscando transmitir para os gestores nacionais a experiência que os servidores que estão na ponta de conexão com o administrado nos transmitem, buscando desta forma socializar o conhecimento, propondo alterações que busquem a solucionar os problemas percebidos no âmbito da sociedade.

Na estrutura da Unidade o gestor dispõe de ferramentas para planejamento das ações, implementação e monitoramento da execução das atividades desenvolvidas. Destaca-se a atuação do Grupo Gestor da Unidade, composto pelo Chefe da Divisão, seu substituto e pelo Chefe do Serviço de Cadastro Rural. O grupo se reúne periodicamente para nivelamento do andamento das atividades, avaliar os resultados e definir linhas de ação para cumprimento das metas definidas no planejamento. A principal ferramenta utilizada é a Monitoria, na qual são informados os quantitativos da execução e acompanhamento do cumprimento das metas.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Apresentamos, abaixo, os resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de ordenamento da estrutura fundiária, quais sejam:

- a) índice de cadastramento de imóveis rurais;
- b) índice de análise de processos de certificação de imóveis;
- c) índice de regularização fundiária.

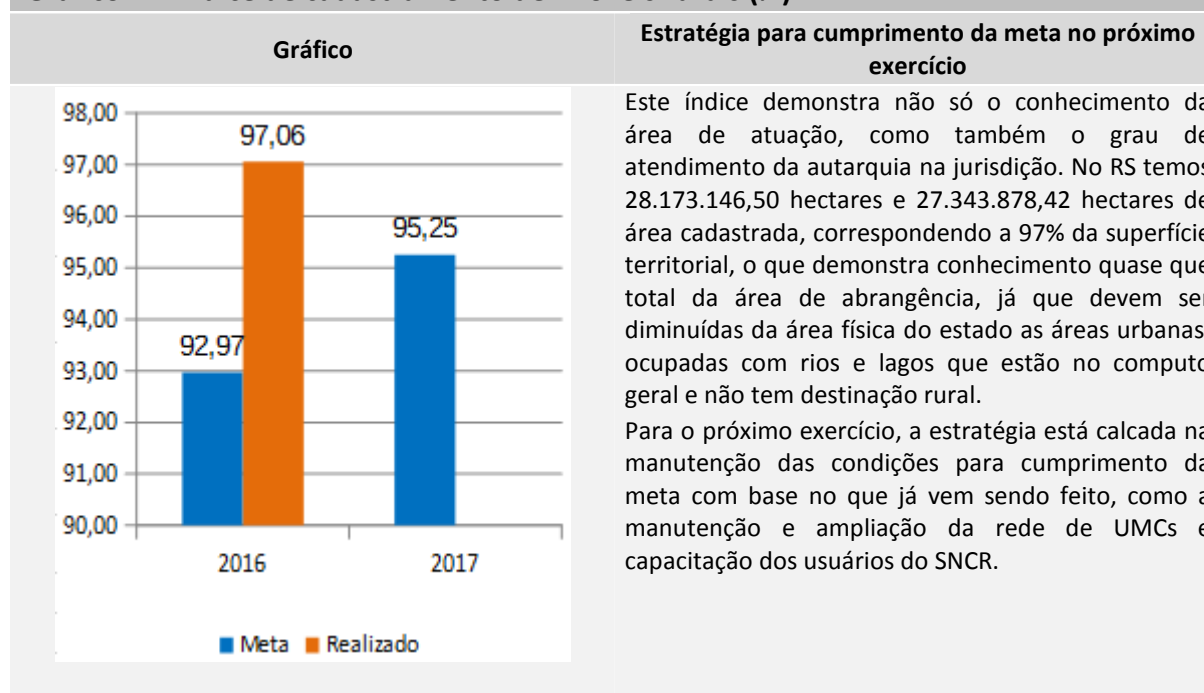
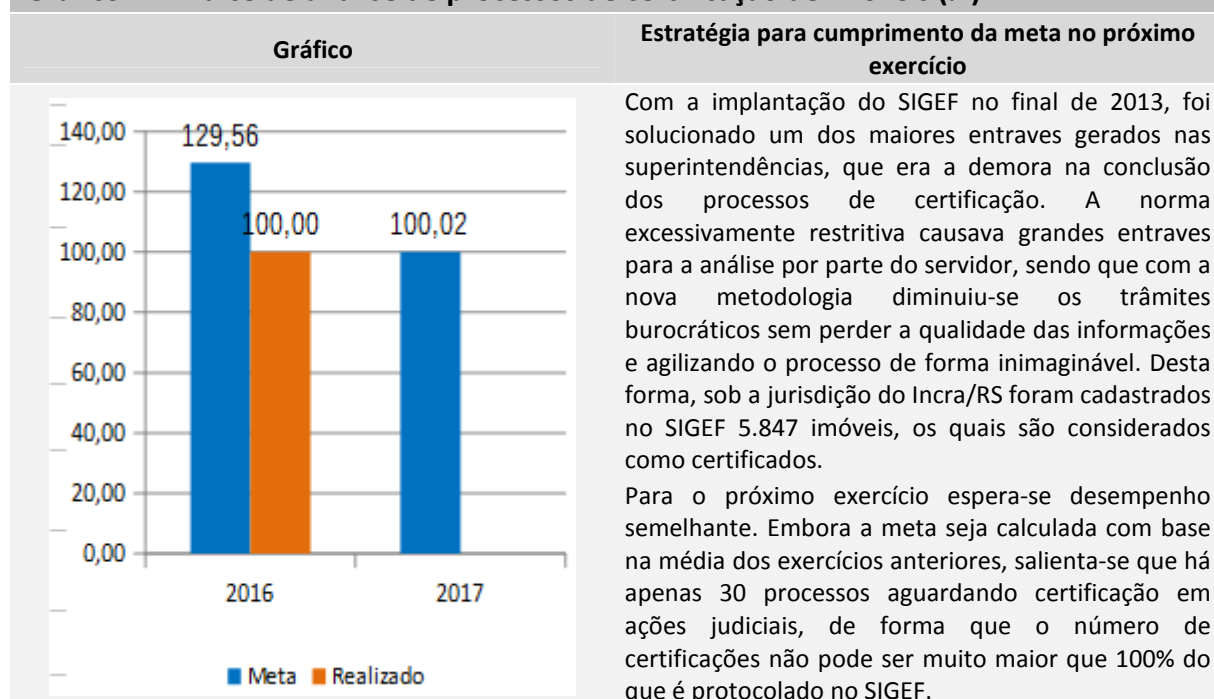
Gráfico 1 – Índice de cadastramento de imóveis rurais (%)**Gráfico 2 – Índice de análise de processos de certificação de imóveis (%)**

Gráfico 3 – Índice de regularização fundiária (%)

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Quadro 11 – Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal		
Estoque inicial de processos protocolados em 2016		81
Processos protocolados em 2016	+	64
Analisados em 2016	-	0
Estoque final	=	145
Planejados para atuação em 2017		145

Análise

Em 2016, o Incra/RS deu continuidade ao atendimento da regularização fundiária de que trata a Instrução Normativa nº 80/2014. Este instrumento permite a destinação das áreas públicas até 100 hectares.

Temos quatro áreas especificamente enquadradas neste dispositivo, sendo que uma teve a titulação concluída, tendo sido emitidos 5 Licenças de Ocupação em outubro de 2015, no município de Roque Gonzáles. Uma segunda área, no município de São Francisco de Assis, teve os trabalhos de campo concluídos, o que possibilitou a abertura dos processos administrativos para regularizações das posses. Outras duas áreas, nos municípios de Dezesseis de Novembro e Seberi, estão em fase de planejamento para execução dos trabalhos de georreferenciamento, ação inicial necessária à identificação das posses. As atividades nessas áreas estão previstas para ocorrerem a partir de 2017.

Temos ainda demandas que são apresentadas pelas comunidades, que são terras que buscamos verificar se são devolutas. Constatada esta condição, procedemos a arrecadação e incorporação ao patrimônio da União para posterior destinação, casos específicos da Ilha da Torotama (município de Rio Grande) e Ilha do Butuí (município de Itaqui). Em Rio Grande o procedimento de arrecadação já foi concluído em parte. O restante da área está com o processo administrativo no Incra/RS para complementações solicitadas pelo Incra/Sede, visando edição da Portaria de Arrecadação, ação que deverá beneficiar mais de 30 famílias de pequenos produtores e já beneficiou mais de 100 pescadores que puderam ser incluídos no programa Minha Casa Minha Vida. Na Ilha do Butuí mais 8 famílias estarão aptas a serem beneficiadas pelo reconhecimento de suas posses, sendo que este processo está no Incra/Sede aguardando a edição da Portaria de Arrecadação. Uma pequena área no Município de Alpeste teve portaria de arrecadação publicada, contemplando 17 hectares.

Em 2016 o Incra/RS estabeleceu parceria para a regularização fundiária via indireta. Foi firmado o convênio 830725/2016 com o CIDEJA – Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão, visando a regularização de 520 imóveis rurais com área até 4 módulos fiscais nos municípios de abrangência do Consórcio: Aceguá, Candiota, Herval, Hulha Negra, Pedras Altas, Pinheiro Machado e Piratini, todos pertencentes ao Território Zona Sul do Estado do RS. Este convênio tem prazo de vigência até maio/2018.

vii. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Este item não se aplica para o Incra/RS.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Segue, abaixo, demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento de responsabilidade do Incra/RS:

Quadro 12 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A – PO07	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (ha)	5.600,0000	6.014,7600	65.000,00	59.600,00	50.834,92	37.862,98	35.619,99	12.971,94
211B – PO02	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área obtida (ha)	-	-	Meta Nacional	-	-	-	-	-
211B – PO01	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área indenizada (ha)	-	-	Meta Nacional	-	-	-	-	-
211A – PO06	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada	152	41	44.832,00	76.708,00	43.482,12	24.336,72	10.211,15	19.145,40
211A – PO05	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização ambiental requerida	4	26	50.000,00	33.860,20	26.456,78	26.166,52	26.166,52	290,26
211A – PO02	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/ monitorado	6	6	5.000,00	6.600,00	6.074,88	3.569,65	3.569,65	2.505,23

Continuação Quadro 12.

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A – PO07	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (ha)	-	-	4.857,29	4.857,29	-	-
211B – PO02	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área obtida (ha)	-	-	-	-	-	-
211B – PO01	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área indenizada (ha)	-	-	-	-	-	-
211A – PO06	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada	-	-	2.376,76	2.376,76	-	-
211A – PO05	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização ambiental requerida	-	-	4.200,00	-	-	4.200,00
211A – PO02	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado	-	-	100.000,00	-	100.000,00	-

As ações ligadas ao macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento de responsabilidade do Incra/RS apresentaram os seguintes resultados de execução física e financeira:

Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Para a ação vistoria e avaliação de imóveis rurais, foi definida como meta que o Incra/RS deveria vistoriar 5.600,00 hectares no ano de 2016. Esta meta refere-se a áreas vistoriadas com laudo entregue, isto é, inclui trabalho de campo e de escritório. Esse número foi baseado na capacidade operacional atual da Divisão de Obtenção de Terras, que conta com 7 profissionais capacitados para esse fim. Nessa meta estão incluídas as ações de vistoria para fiscalização da função social e vistoria para compra e venda. Como se pode verificar nos números da execução física, essa meta foi atingida, chegando a 6.014,76 hectares vistoriados. Destas áreas vistoriadas, 5.490,00 ha foram vistorias do cumprimento da função social em que a parte de campo foi iniciada em dezembro de 2015 e os laudos entregues em 2016. Já os restantes 524,76 ha foram áreas para compra pelo Decreto nº 433/1992, sendo que uma das áreas (180,0645 há) deverá ser encaminhada para o Incra/Sede no ano de 2017 com a finalidade de aquisição da área. Também, salientamos que em dezembro de 2016 foi entregue notificação para vistoria do cumprimento da função social da propriedade de uma área com 5.049,80 hectares, com ação de campo prevista para março de 2017.

Com relação à execução orçamentária para essa ação, a meta orçamentária estabelecida era de R\$ 65.000,00, sendo que a provisão recebida foi de R\$ 59.600,00 e a despesa empenhada foi de R\$ 50.834,92. A utilização de menos orçamento que o previsto se deve em razão da decisão judicial em relação aos Peritos Federais Agrários de não viajar enquanto não fossem fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) na sua conformidade. Desta forma, somente um Perito se dispôs ir a campo além das chefias imediatas da divisão. Esta questão durou de fevereiro até final de outubro. Após este período as ações da divisão foram normalizadas e foi possível atingir a meta.

Reforçamos o que já havia sido relatado nos Relatórios de Gestão de 2014 e 2015, no que tange as ferramentas disponíveis para a obtenção de terras pelo Incra/RS, no sentido que a ação de vistoria e fiscalização de imóveis rurais no Estado do RS vem sendo prejudicada sobremaneira, face aos elevados valores das terras. Além disso, entende-se que os ultrapassados instrumentos para aquisição e fiscalização devem ser reformados, sob pena de não mais podermos atuar na área com alguma chance de aquisição de imóveis. O Decreto nº 433/1992, que prevê pagamento em Títulos da Dívida Agrária (TDA), em cinco anos, perde para um mercado regional que hoje paga em até três vezes, e em algumas vezes até a vista. Dessa forma, o Incra está sempre aquém das expectativas dos ofertantes, onde dificilmente os negócios são concretizados. Da mesma forma, a fiscalização da função social da propriedade vem sendo elemento quase nulo, já que os índices de produtividade vigentes são do século passado, dificultando o encontro de propriedades consideradas improdutivas. Surgem como alternativas algumas situações muito específicas, como fazendas em vias de litígios judiciais por herança, onde os herdeiros acabam se desentendendo e deixando as terras ociosas. Com a publicação da Medida Provisória nº 759/2016 prevendo a possibilidade de pagamento em dinheiro, as ações de obtenção para aquisição de novas áreas tendem a ser mais exitosas.

Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Não houve pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais pelo Incra/RS em 2016.

Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Não houve pagamento de indenizações complementares para aquisição de imóveis rurais pelo Incra/RS em 2016.

Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Nessa ação não foi atingida a meta estabelecida (152 famílias), sendo assentadas 41 famílias em 2016, sendo 4 famílias assentadas em projetos de assentamento mais recentes e 37 famílias resultantes da ocupação de lotes vagos em projetos de assentamento antigos. Tal descumprimento da meta se deve ao bloqueio feito pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário. Durante o ano de 2016 houve uma enorme tentativa por parte da superintendência do RS com o objetivo de buscar alternativas para o desbloqueio de famílias que estavam com indícios de irregularidades, bem como se obter a liberação do SIPRA para inserção de novas famílias no PNRA. Por oportuno, cabe dizer que o bloqueio feito pelo TCU tem prejudicado as famílias que aguardam para fazer parte do PNRA, pois no ano de 2015 foram lançados dois Editais de Seleção de Famílias, sendo um deles para lotes vagos e outro Edital de área nova (Assentamento Dom Orlando Dotti). Todas estas famílias que foram selecionadas via edital antes do bloqueio feito pelo TCU ficaram extremamente prejudicadas, pois não puderam ser inseridas no SIPRA.

Outra consequência do bloqueio do TCU foi a impossibilidade de realizar e atualizar o cadastro das famílias acampadas no RS.

O resultado orçamentário para essa ação ficou abaixo do estabelecido, muito relacionado à impossibilidade de realização de cadastro de famílias acampadas no Estado em função do Acórdão nº 775/2016 do TCU, onde não foi possível realizar o cadastramento das famílias acampadas.

Para 2017, o Incra/RS espera que a questão do bloqueio do TCU seja sanada, a fim de que seja possível realizar o cadastro das famílias acampadas e, especialmente, a homologação das famílias selecionadas no SIPRA.

Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária

A meta para esta ação consiste no somatório dos valores registrados nos indicadores Licença Ambiental Protocolada, CAR do perímetro do Assentamento protocolado no Órgão Ambiental e Programa de Recuperação Ambiental (PRA) celebrado.

Em consonância com a Resolução CONAMA nº 458/2013 foi dado prosseguimento em 2016 às ações necessárias para a regularização ambiental dos projetos de assentamento geridos pelo Incra, no âmbito do Rio Grande do Sul.

Os recursos orçamentários desta ação foram utilizados para suporte operacional das ações de campo de servidores da autarquia. Em especial as ações complementares para inscrição dos projetos de assentamento junto ao SICAR e aquelas junto às equipes de assistência técnica visando proporcionar as condições para redução do passivo de atividades

agrossilvopastoris sem licenciamento ambiental ou sem protocolo junto ao órgão ambiental competente.

Foram inscritos no exercício, por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado entre o Incra/Sede e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), 26 projetos de assentamento (Modalidade Perímetro), que somados aos 165 inscritos em 2014/2015, totalizam 191 assentamentos com CAR protocolado no RS. Não houve até o presente momento celebração de Programa de Regularização Ambiental, já que o Órgão Estadual, gestor responsável pelo Cadastro Ambiental Rural, ainda não iniciou as análises dos cadastros enviados.

Como a mudança no formato de inscrição dos projetos de assentamento, diante da celebração do TED entre o Incra/Sede e a UFLA, a superintendência regional persistiu em fornecer suporte técnico para a UFLA, não mais executando diretamente a ação, como já ocorrera em 2015.

Para 2017 prevê-se o início da celebração dos Termos de Compromisso Ambientais (TCA) junto ao Órgão Ambiental Estadual, o que poderá alterar significativamente a metodologia de trabalho da superintendência junto às equipes locais de ATER e Prefeituras.

Já em relação às inscrições dos assentamentos junto ao Cadastro Ambiental Rural, deverão ser realizadas ao longo do exercício de 2017 as retificações por meio de calendário estabelecido conjuntamente entre a superintendência regional, O Incra/Sede e a UFLA.

No que toca à análise dos cadastros pelo Órgão Ambiental Estadual, não há como prever o fluxo das adequações que se fazem necessárias, já que não há ainda nenhuma sinalização por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para o início da análise dos cadastros.

Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Trata-se de ação continuada, sendo que a contabilização da meta independe da conclusão do serviço, compreendendo as ações concluídas e em execução no exercício. A meta é composta de ações relacionadas à valorização dos ativos ambientais, recuperação ambiental, monitoramento ambiental e capacitação de Beneficiários da Reforma Agrária Treinados em Aspectos Relevantes para Gestão Ambiental.

Os recursos orçamentários desta ação foram utilizados para suporte operacional das ações de campo de servidores da autarquia.

No exercício 2016 foram realizadas as seguintes ações:

a) Prosseguimento ao convênio estabelecido com o Instituto Curicaca, objetivando proposição técnica para implantação de corredor ecológico junto ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pacheco e ao PA Viamão. Com a liberação e pagamento à conta do convênio dos recursos correspondentes à última parcela, houve um significativo incremento na execução do convênio, o qual possui vigência até julho/2017;

b) Monitoramento ambiental de atividades com risco potencial e valorização de ativos promotores de atividades produtivas em base agroecológica, incluindo ações iniciadas em 2015 e exercícios anteriores;

c) Conjunto de atividades junto a Prefeituras Municipais, equipes locais de assistência técnica, instituições parceiras e Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas, aperfeiçoando a gestão ambiental de projetos de assentamento.

Foi consolidado o entendimento que o Incra deve exercer o papel de articulador de políticas públicas de gestão ambiental em maior medida, sem prejuízo de execução direta quando for o caso. Associado a isto, o reduzido quadro de técnicos do Serviço de Meio

Ambiente do Incra/RS (em especial para desempenho de atividades de campo), associado às restrições orçamentárias e financeiras, conduz o quadro para a manutenção do número de projetos de assentamento monitorados por execução direta do Incra/RS e para a criação de novos fluxos de atendimentos das demandas.

Persistiu em 2016 a política de execução de ações atinentes à recuperação ambiental de áreas degradadas por meio do empreendedor de fato e de direito e, também, a redução da participação institucional em Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas. Em relação a este segundo tópico, serão olvidados esforços pelo Incra/RS para consolidar a participação das famílias assentadas junto aos Comitês de Bacias.

Para a retomada efetiva das ações de gestão ambiental torna-se necessário a continuidade das capacitações e recomposição do quadro funcional e do fluxo orçamentário e financeiro. Com estas providências serão criadas, junto aos Órgãos Ambientais, assistência técnica e comunidades assentadas, as bases para a definição e execução das atividades prioritárias.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

O resultado da ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais em 2016 (6.014,76 hectares), frente a uma meta de 5.600,00 hectares, mostra que o Incra/RS continua buscando assegurar um esforço estratégico na avaliação e fiscalização de imóveis para fins de Reforma Agrária.

Também, o Incra/RS está focando em ações que visam a localizar áreas em disputa judicial que podem estar ociosas, assim como ocorreu no ano de 2014, com condições técnicas e jurídicas para a obtenção para fins de Reforma Agrária. A identificação de algumas áreas está sendo efetivada e poderá render algum resultado positivo no ano de 2017.

Na realidade, as estratégias tornam-se repetitivas ao longo dos anos, pois a legislação e as formas de aquisição de áreas não eram modificadas. Isso impedia que as soluções para aquisição sejam significativamente alteradas, já que todo o trabalho de avaliação depende da ferramenta possível de ser utilizada. Nesse sentido, seguíamos apenas com a Lei nº 8.629/1993 (Fiscalização da Função Social) e o Decreto nº 433/1992 (Compra e Venda), que são ferramentas com mais de 20 anos, que demandam atualizações para acompanhar a evolução no meio rural. Agora com a publicação da Medida Provisória nº 759/2016 há expectativas no sentido de facilitar as aquisições de novas áreas.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

No exercício 2016 foi criado 1 projeto de assentamento (PA Herdeiros da Resistência, no município de Pelotas), no qual não foram verificadas áreas de preservação permanente (APP) e/ou de reserva legal (RL) com condições de desmatamento.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

Prosseguindo com a alteração metodológica da atuação da SR, levada a cabo nos exercícios 2014 e 2015, cumpriu-se com o acordado junto ao Órgão Ambiental Estadual

(OEMA), Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luiz Henrique Roessler (FEPAM), remetendo-se as planilhas contendo o conjunto de atividades agrossilvopastoris passíveis de licenciamento e desenvolvidas dentro dos projetos de assentamento sob gestão do Incra/RS. Na mesma linha, foram mantidas as reuniões com os Núcleos Operacionais de Assistência Técnica e por vezes com as Prefeituras, visando a qualificação do processo de licenciamento ambiental de atividades agrossilvopastoris, bem como foi intensificada a atuação junto à Divisão de Desenvolvimento/Serviço de Infraestrutura, visando o licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura.

Para 2017 deverão ser entregues as planilhas correspondentes a 2 projetos de assentamento, finalizando o processo de entrega ao Órgão Ambiental e iniciados os procedimentos para celebração dos Termos de Compromisso Ambientais (TCA). Importante frisar que o ritmo de execução desta ação está atrelado à atuação da OEMA e à execução do processo de titulação de lotes/parcelas individuais e coletivas, tais como as áreas de preservação permanente e aquelas destinadas à constituição de reserva legal.

Em relação à inscrição dos perímetros dos PAs junto ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), informamos que todos os PAs criados até o presente momento foram inscritos.

Para 2017 deverão ser realizadas as retificações pertinentes a todos os PAs já inscritos, bem como deverá ser iniciado o cadastramento lote a lote, em consonância com plano de trabalho em construção Junto à Coordenadoria Geral de Meio Ambiente do Incra/Sede e a UFLA.

No tocante à celebração de Programa de Recuperação Ambiental (PRA) junto ao Órgão Ambiental Estadual gestor do CAR, não há como precisarmos um prazo específico, pois depende do início da análise dos cadastros ambientais, ação ainda sem previsão de início pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e ainda da definição de estratégia das superintendências conjuntamente com o Incra/Sede.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Este item não se aplica para o Incra/RS.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Quadro 13 – Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Ação a ser implementada	Total de imóveis*	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda – Decreto nº 433/1992	49	03/mar/2014 a 31/dez/2015	DT/DD/DA
Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra	133	03/mai/2014 a 31/dez/2017	DT/DD/DA/PFE
Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros	8	03/mai/2014 a 31/dez/2018	DT/DD/DA

* Dados do Incra/RS

Quadro 14 – Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da superintendência

Conforme Decreto nº 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016
123210109	FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	288.500.173,28
123210103	TERRENOS/GLEBAS	45.747,20

Apesar de todos os esforços da autarquia, estamos enfrentando uma série de dificuldades decorrentes das inconsistências no SPIUnet, as quais já foram objeto de inúmeras reuniões com a STN, SPU, CGU e TCU, contudo sem solução até o momento. No final de agosto de 2016, a pedido do Incra, foi realizada reunião no TCU, a qual contou com a presença da CGU. Após várias tratativas, restou acordado que o Incra encaminharia ao TCU um relato circunstanciado dos problemas enfrentados, o que culminou com envio do Ofício

nº 301/DA, de 17/10/2016, ao Tribunal, contudo mesmo após vários contatos solicitando uma posição da Corte de Contas, até o momento não obtivemos nenhuma resposta.

Com relação aos imóveis registrados no SIAFI/SPIUnet, esta superintendência registrou até o presente momento 71 imóveis (número que inclui a totalidade dos imóveis adquiridos por Compra e Venda), sendo que possui uma totalidade de 190 imóveis. Deste modo, ainda é necessário o cadastro de 119 imóveis. No ano de 2016 além dos imóveis inscritos, foram montados os kits com as documentações necessárias para serem inseridas no SPIUnet. Todavia, houve problemas na inserção dos dados no sistema e o Incra/RS ficou no aguardo da resposta do Ofício nº 301/DA, endereçado ao TCU, sobre o qual ainda não tivemos retorno. Sendo assim, até o presente momento a superintendência está no aguardo de novas orientações para prosseguir no cadastro das áreas restantes no SPIUnet.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

No ano de 2016 não foi realizado o cadastro de novas famílias em função do bloqueio do TCU. Em 2015 ocorreu um acréscimo no número de famílias cadastradas. Hoje são mais de 2.400 famílias. Isso torna a pressão por aquisição de áreas muito maior.

Levando-se em conta esse número e entendendo que o valor das terras não aumentou de forma significativa desde 2014, é possível prever que o custo para aquisição de novas áreas permaneça semelhante. Sendo assim, considerando o alto custo das terras, cerca de R\$ 40.000,00/ha na metade norte do RS e cerca de R\$ 15.000,00/ha na metade sul do RS, não há como imaginar o cumprimento de uma meta que elimine completamente o passivo, pois demandaríamos mais de R\$ 720,00 milhões, levando em consideração um tamanho médio de área total por família de 20 hectares e tomando-se como prioridade a região sul, com valores mais baixos das terras.

Uma das estratégias para a continuidade no atendimento às famílias cadastradas no Incra, postulantes a um lote na Reforma Agrária, já adotada em 2014 e que persistiu em 2015, é a utilização dos Editais de Seleção de Famílias, estabelecendo ao menos dois editais por ano, incluindo os lotes vagos retomados administrativamente ou judicialmente. Esse processo, que segue os termos da Recomendação nº 01/2011 do MPF, tem se mostrado bastante satisfatório quanto à fixação das famílias nos lotes, estabelecendo uma rotina que gera maior clareza e transparência ao procedimento de seleção. No ano de 2016, como não foi possível o lançamento de um novo Edital para lotes vagos, tendo em vista a publicação do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, utilizou-se o Edital 03/2015 para lotes vagos.

Outra forma de se viabilizar o atendimento às famílias no PNRA é a intensificação do estudo prévio de possíveis áreas para fiscalização da função social da propriedade, buscando imóveis que por questões até mesmo judiciais tenham ficado sem uso. Ainda, é possível prever uma intensificação nas ações de avaliação de imóveis rurais, com a possibilidade de aquisição de terras com dinheiro à vista (MP nº 759/2016), o que poderá acarretar em uma maior disponibilidade de áreas para a Reforma Agrária no RS.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Todo e qualquer registro de monitoramento das ações na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento efetuado no Incra/RS é encaminhado pelo Chefe de Divisão ou de Serviço respectivo. Além disso, os dados são

checados junto ao Setor de Planejamento da superintendência, diretamente na monitoria, evitando assim que possa haver quaisquer informações equivocadas lançadas.

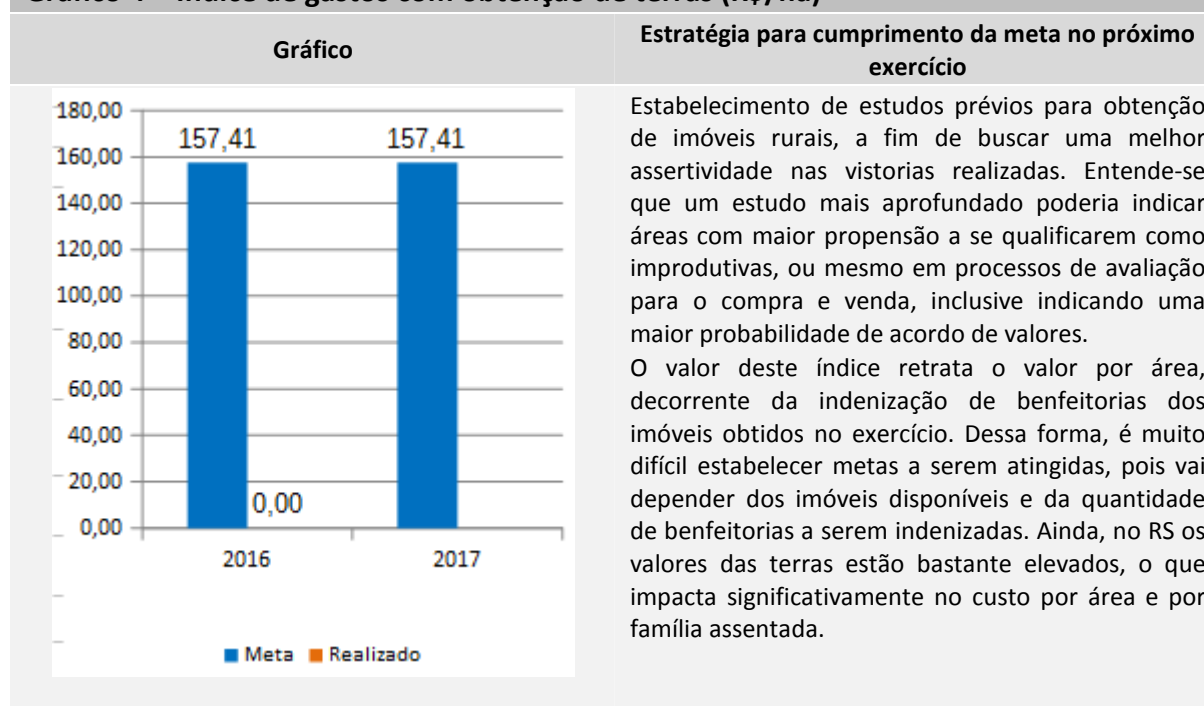
Nos trabalhos rotineiros da Divisão, especialmente nas vistorias de imóveis, quando finalizados, os mesmos são submetidos a grupos técnicos, caso da Câmara Técnica, que são responsáveis por sanar eventuais equívocos e assegurar maior fidedignidade aos dados, bem como revisar se os laudos de vistorias de imóveis rurais estão dentro dos parâmetros normativos e legais.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Apresentamos, abaixo, os resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, quais sejam:

- a) índice de gastos com obtenção de terras;
- b) índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento;
- c) índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida.

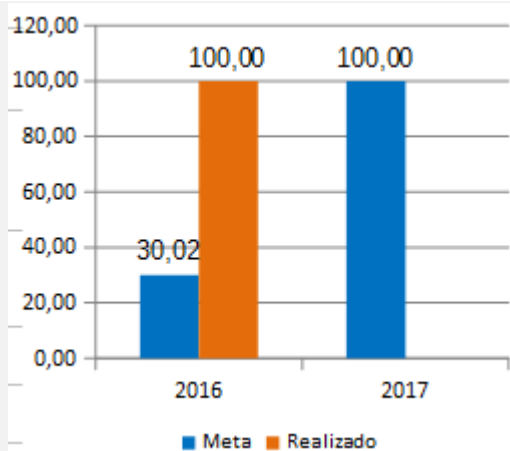
Gráfico 4 – Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)



Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
Não há	Com o advento da instalação da sala de gestão junto ao Órgão Ambiental Estadual (FEPAM) e conjuntamente com o Órgão Fundiário Estadual foi alterada a metodologia de mensuração deste índice. Desta forma não mais são protocoladas as renovações de Licença de Instalação e Operação (LIO) para os Projetos de Assentamento. Com a criação de um banco de dados para fins de monitoramento, contendo o conjunto de atividades agrossilvopastoris desenvolvidas nos assentamentos do RS, será definido durante o exercício 2017 o cronograma de celebração dos Termos de Compromisso Ambientais (TCA), a serem firmados entre os beneficiários do PNRA e a OEMA com interveniência do Incra e suporte técnico do programa de ATER. Esta ação deverá estar fortemente vinculada à diretriz de concessão de emissão de títulos às famílias assentadas.

Gráfico 5 – Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>30,02</td><td>100,00</td></tr><tr><td>2017</td><td>100,00</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	30,02	100,00	2017	100,00		Continuidade e consolidação das ações previstas no Termo de Execução Descentralizada entre o Incra/Sede e a UFLA, para a realização das retificações de cadastros que se fizerem necessárias. Aperfeiçoamento da relação interinstitucional com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, padronizando os procedimentos prévios e posteriores ao início da análise dos Cadastros Ambientais Rurais. Além disso, deverá ser consolidado o diálogo junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para estabelecimento de fluxo claro e objetivo no estabelecimento dos Programas de Regularização Ambiental dos Projetos de Assentamento (PRA).
Ano	Meta	Realizado								
2016	30,02	100,00								
2017	100,00									

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item não se aplica para o Incra/RS.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Segue, abaixo, demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade do Incra/RS:

Quadro 15 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S – PO02/03/04	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família assistida	11.469	11.469	12.454.145,00	12.454.144,98	12.444.188,02	8.893.699,71	7.400.581,09	3.550.488,31
210S – PO01	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado	-	-	Meta Nacional	-	-	-	-	-
211A – PO0A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela supervisionada	525	884	103.400,00	232.900,00	172.991,29	149.953,90	140.327,18	23.037,39
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família atendida	3.619	6	10.749.300,00	-	-	-	18.000,00	-
211A – PO01	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito supervisionado	581	670	65.900,00	65.900,00	52.421,16	51.703,92	51.703,92	717,24
211A – PO03	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Família beneficiada	74	755	1.706.124,00	899.423,70	899.402,60	197.884,20	197.884,20	701.518,40

Continuação Quadro 15.

Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A – PO04	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido	517	603	21.160,00	111.160,00	64.287,32	39.346,40	22.517,83	24.940,92
211A – PO08	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família atendida	194	59	7.074.500,00	7.132.154,54	7.100.997,20	2.172.767,82	1.020.492,31	4.928.229,38
211A – PO09	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família atendida	108	198	-	-	-	-	-	-
210T – PO01	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador rural escolarizado	-	-	30.300,00	49.459,40	30.110,19	29.875,22	29.875,22	234,97
210T – PO02	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional capacitado	-	-	4.800,00	4.800,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	-
210T – PO03	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Nível Superior para a Reforma Agrária	Profissional em formação	610	627	3.241.524,00	2.888.349,64	2.877.982,90	1.144.596,92	1.144.596,92	1.733.385,98

Continuação Quadro 15.

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S – PO02/03/04	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família assistida	-	-	10.077.756,36	3.368.951,98	5.930.221,48	778.582,90
210S – PO01	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado	-	-	-	-	-	-
211A – PO0A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela supervisionada	-	-	65.381,61	11.160,46	54.221,15	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família atendida	-	-	-	-	-	-
211A – PO01	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito supervisionado	-	-	11.601,89	7.166,09	4.435,80	-
211A – PO03	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Família beneficiada	-	-	7.189.998,98	631.169,09	1.284.308,03	5.274.521,86
211A – PO04	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido	-	-	2.185,17	2.185,17	-	-
211A – PO08	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família atendida	-	-	18.386.649,16	6.291.077,19	4.165.972,86	7.929.599,11
211A – PO09	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família atendida	-	-	6.561,02	4.634,64	1.926,38	-

Continuação Quadro 15.

Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210T – PO01	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador rural escolarizado	-	-	6.083,61	6.083,61	-	-
210T – PO02	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional capacitado	-	-	-	-	-	-
210T – PO03	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Nível Superior para a Reforma Agrária	Profissional em formação	-	-	1.981.143,95	288.001,96	1.478.898,41	214.243,58



As ações ligadas ao macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento de responsabilidade do Incra/RS apresentaram os seguintes resultados de execução física e financeira:

Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária:

Do ponto de vista orçamentário, os recursos empenhados em 2016 referem-se aos aditivos do contrato de ATER da Chamada Pública nº 01/2012 (1 Núcleo Operacional) e da Chamada Pública nº 01/2013 (19 Núcleos Operacionais).

Os recursos inscritos em Restos a Pagar no ano de 2016 serão utilizados para realização dos pagamentos dos serviços prestados durante o ano de 2016 e que serão liquidados no ano de 2017, em decorrência dos atrasos no repasse de recursos financeiros observados durante o ano.

Os fatores que mais tem causado impactos negativos na execução dos contratos de ATER no Incra/RS devem-se à recorrente indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, por parte do Incra/Sede, no tempo e volume adequados, que permitam a liquidação das faturas referentes aos serviços prestados. Muitas vezes, esses atrasos têm gerado dificuldades às prestadoras de ATER e, conseqüentemente, aos seus profissionais, na manutenção da qualidade e efetividade dos serviços.

Outro fator importante decorre dos bloqueios oriundos do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, que atingiram mais de 60% das famílias no estado. Neste caso, como estas famílias deveriam ser bloqueadas até a apresentação de justificativas e esclarecimentos dos indícios, foram interrompidos os serviços de assistência técnica a todas as famílias com bloqueio no SIPRA.

Posteriormente, no final do ano, os técnicos de ATER foram utilizados para auxiliar no processo de notificação dos beneficiários, conforme Plano Regional de Providências, visando o desbloqueio das famílias.

Cabe ressaltar que devido a já relatada dificuldade financeira vivida pelo Incra, por ordem da Diretoria de Desenvolvimento, através do Memo nº 316/2016-DD/Circular, os contratos de todas as prestadoras de ATER tiveram um corte de 50% na execução física, entre os meses de setembro e dezembro de 2016, tendo como objetivo a manutenção dos serviços, com os valores financeiros garantidos pela Sede, causando um grande impacto no programa. As metas não executadas neste período foram repactuadas, com ampliação do prazo equivalente ao período da redução da execução.

Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural:

Esta ação não foi realizada diretamente pelo Incra/RS no ano de 2016. Também, não foram previstos e nem descentralizados recursos orçamentários para a execução da ação.

A formação e capacitação dos técnicos que atuam no programa de ATER no RS estão previstas nos contratos, sob responsabilidade das prestadoras contratadas. No contrato estão previstos 20 dias de capacitação para os técnicos, período que não coincide com a execução das metas contratuais junto aos projetos de assentamento.

Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento:

No exercício de 2016 o Incra/Sede retornou a disponibilizar orçamento específico para supervisão ocupacional de projetos de assentamento, em que pese o Incra/RS sempre

procurou atender as demandas pontuais que surgiam referentes a esta ação (decisões judiciais, retomada de lotes e resolução de conflitos graves). Deste modo a meta estipulada de 525 parcelas supervisionadas foi superada pela superintendência, sendo realizadas ao todo 884 vistorias em lotes de diversos assentamentos. Assim, consideramos que foi possível a retomada de uma rotina de ações preventivas para o controle ocupacional dos lotes, combate a irregularidades (compra e venda de lotes, arrendamentos e conflitos), principalmente através de forças-tarefas com mais de um supervisor em uma mesma região.

Considerando o bloqueio do SIPRA para inclusão de novas famílias assentadas, decorrente do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, não foi realizado novo processo de seleção para lotes vagos, sendo que as famílias que foram assentadas no período foram selecionadas através do Edital nº 03/2015, sendo utilizada a lista de espera para casos de reintegração de posse, onde havia a necessidade de indicação de uma família para ocupar o lote, evitando-se assim retrabalhos na esfera judicial.

Quanto ao quadro de servidores na função de supervisores de assentamentos, em 2016 o quadro ficou reduzido a 8 servidores, apesar de em muitos momentos não contar com mais de 6 servidores, em razão de licença, tratamento de saúde, entre outros motivos. Este fator faz com que se torne necessária a atuação em ações coordenadas, principalmente através de forças-tarefas, inclusive com a participação de outros setores ou divisões.

Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas:

No ano de 2016, permaneceu o desafio de efetivar a operacionalização do Novo Crédito Instalação para a Reforma Agrária, instituído pela Medida Provisória nº 636/2013, convertida na Lei nº 13.001/2014 e regulamentado pelo Decreto nº 8256/2014. De maneira geral a execução da meta de concessão do crédito ficou muito aquém das metas programadas em todas as superintendências regionais. O Incra/RS teve como meta orçamentária em 2016 o valor de R\$ 10.749.300,00, para atender uma meta física de 3.619 famílias assentadas, prevendo o atendimento três modalidades do novo crédito: Apoio Inicial I, Fomento Operação I e Fomento Mulher.

Consideramos que o ano de 2016 foi marcado por inúmeras dificuldades para a efetiva operacionalização e aplicação do Novo Crédito Instalação e, objetivamente foram pagos 6 créditos na modalidade Fomento Mulher. Um dos problemas está ligado à própria construção do Sistema de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI), ao mesmo tempo da operacionalização do crédito, com muitos problemas de inconsistências e várias alterações de controle, solicitados pelo Incra/Sede para a empresa responsável pela construção do programa SNCCI e, principalmente, devido às restrições decorrentes do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, o qual atingiu cerca de 60% das famílias assentadas do RS, e impediu a liberação dos referidos créditos.

O processo de renovação do convênio com o Banco do Brasil para operacionalização do crédito também teve um trâmite demorado no Incra/Sede, prejudicando também as ações ao longo do ano.

Para a modalidade Fomento Operação I permaneceu a impossibilidade de atendimento, tendo em vista que não há condições de verificação dos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 8.256/2014, especificamente no que trata de comprovação de que a família a ser beneficiada não tenha acessado nenhum crédito rural com risco bancário a partir do ano de 2010. Este é um tema que foge da alçada da superintendência e deve ser tratado pelo Incra/Sede, de forma a dar condições para que o Incra/RS faça tal verificação, de forma a atender a demanda estabelecida.

A gestão do Crédito Instalação conta ainda com o saneamento dos processos individuais e cadastramento no SNCCI para cobrança e/ou remissão dos créditos concedidos às famílias assentadas nas antigas modalidades do crédito. No ano de 2016, 511 beneficiários foram cadastrados e 174 processos individuais foram apenas saneados e não puderam ser cadastrados no SNCCI em decorrência de dados que não são aceitos pelo sistema, como número de processo individual de alguns beneficiários mais antigos que não estão em acordo com os critérios aceitos pelo sistema e, também, em relação às contas e ordens bancárias dos créditos mais antigos que apresentam dificuldade na correta informação.

Entendemos que para 2017 existe uma grande demanda represada principalmente de Apoio I e Fomento Mulher, que conforme forem avançando os desbloqueios deverá ser atendida com prioridade.

Por fim, destacamos que o Incra/RS tem realizado o monitoramento do Programa Nacional de Habitação Rural/Minha Casa Minha Vida (PNHR/MCMV), buscando diminuir o déficit de habitações nos projetos de assentamento.

Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária:

A meta física prevista para fiscalização do crédito ficou estipulada em 581 créditos supervisionados. Entretanto, considerando a coordenação desta ação junto com as ações de supervisão de assentamentos, O Incra/RS superou a meta fiscalizando 670 créditos em diversos PAs. Das modalidades antigas de crédito, entre as quais Apoio Inicial, Apoio Mulher, Crédito Aquisição de Materiais de Construção e Crédito Recuperação de Materiais de Construção foram fiscalizados 157 créditos. Nas modalidades novas foram fiscalizados 513 créditos de Fomento Mulher.

Além da fiscalização da aplicação dos créditos, em 2016 iniciamos as atividades de cobrança do crédito instalação, sendo que no estado somente para a modalidade Fomento Mulher foram emitidos boletos e memoriais de cálculo demonstrando o valor a ser pago. Ao todo foram pagos 713 contratos de crédito, incluindo 134 contratos que não foram aplicados, ou seja, o saldo do cartão foi cancelado após o prazo disponibilizado para saque. Assim, foram emitidos 689 boletos de cobrança dos quais 579 já foram quitados, representando um percentual de adimplência de 84%.

De maneira geral os resultados dessas atividades remetem não apenas à correta aplicação e uso do recurso público, mas também em um crescimento da produção familiar, o que proporcionará um retorno econômico e de melhoria da qualidade de vida das famílias a curto e médio prazo, o que pode ser evidenciado nas ações de fiscalização do crédito Apoio Mulher. Por amostragem identificou-se que mais de 90% dos créditos fiscalizados tiveram um retorno positivo em relação ao que foi aplicado, em muitos casos refletindo diretamente no aumento da produção e, por consequência, na renda familiar.

O Compromisso do Incra/RS em manter um constante diálogo com as famílias, seja através de suas representações e equipe de ATER, seja por reuniões nos projetos de assentamento, permite criar condições de atendimento das metas estabelecidas. O Grupo Gestor da Divisão de Desenvolvimento também oportuniza que este diálogo se dê através de todas as atividades que são desenvolvidas nos assentamentos pelos servidores do Incra/RS, mantendo a equipe da Divisão sempre informada das ações referentes ao Crédito Instalação.

Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol:

O orçamento da Ação Terra Sol para a superintendência regional ficou bastante reduzido em 2016, porém, ainda foi possível a complementação de empenhos de convênios de 2015 que possuíam recursos orçamentários programados para este exercício, garantindo assim as condições para execução do objeto. Deste modo, foram empenhados recursos para duas Padarias Comunitárias, uma em Tupanciretã e outra em São Miguel das Missões, além de uma fábrica de ração em Hulha Negra.

Em 2016 o Incra/RS operacionalizou apenas um convênio novo, formalizado com a Prefeitura Municipal de Itacurubi para complementação de obras de uma Unidade de Beneficiamento de Cana-de-Açúcar. Também se buscou fomentar a cadeia do arroz orgânico, com a realização de licitações específicas para auxiliar na infraestrutura produtiva e no transporte da safra do arroz.

Ao todo foram beneficiadas 210 famílias com ações iniciadas em 2016. Entretanto, como o convênio com o município de Itacurubi foi formalizado no final do ano, as ações serão concluídas somente nos próximos exercícios. Deste modo, efetivamente foram consideradas concluídas, com recursos do exercício de 2016, apenas as ações de auxílio ao transporte da safra de arroz orgânico, beneficiando 35 famílias.

Contudo, a meta prevista de 74 famílias foi amplamente atendida, considerando a conclusão de ações iniciadas em exercícios anteriores. Assim foram beneficiadas mais 720 famílias, considerando a conclusão das obras civis do entreposto de leite em São Gabriel, equipamentos para beneficiamento de arroz orgânico em Nova Santa Rita e de armazenagem em Eldorado do Sul e de uma padaria comunitária em Charqueadas.

Assim como na ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em projetos de assentamento, os maiores atrasos na execução têm ocorrido naquelas obras que foram conveniadas com as Prefeituras Municipais. Via de regra, tais obras tem se mostrado de execução mais lenta em relação à execução direta pelo Incra/RS, principalmente considerando que as Prefeituras apresentam dificuldades na apresentação do projeto básico final e, muitas vezes, acabam possuindo pendências no CAUC em épocas de liberação de parcelas. Também, o ano de 2016 foi marcado pelo contingenciamento de recursos financeiros em vários momentos, fato que atrasou o pagamento de vários convênios e contratos, o que também contribuiu para a inscrição de um significativo montante de recursos orçamentários em Restos a Pagar.

Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento:

Além da emissão de Títulos de Domínio (TD), o Incra considera como documento de titulação expedido a emissão dos Contratos de Concessão de Uso (CCU), documento que formaliza a relação entre os beneficiários da reforma agrária com o Incra, além de cessões e concessões de áreas coletivas. No exercício de 2016, a emissão de CCU foi responsável pela superação da meta de títulos em 16,6% (603 documentos emitidos). A explicação da superação da meta deve levar em conta a emissão do CCU em substituição aos documentos antigos (Contrato de Assentamento e Carta de Anuência), que deixaram de ser emitidos em 2007, que é realizada mediante solicitação dos interessados, cuja demanda aumentou significativamente em relação ao período anterior. No entanto, a quantidade poderia ainda ser maior, levando-se em conta que muitos beneficiários foram bloqueados devido ao Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, devido a indícios de irregularidades levantadas pelo Tribunal.

Em 2016 foram emitidos 16 ofícios de liberação de cláusulas resolutivas, tendo sido atendido toda a demanda. Da mesma forma, emitiu-se 6 títulos de doação/concessão/cessão para áreas coletivas nos assentamentos no corrente ano. Essa última atividade refere-se aos processos de destinação de bens imóveis, sendo que parte das demandas foi para atender solicitações de cessão de áreas para cooperativas incluídas no programa Terra Forte, para construção de agroindústrias, além do atendimento de demandas do Governo do Estado e Prefeituras Municipais para construção de escolas rurais, postos de saúde e centros comunitários nos assentamentos, entre outras obras.

O entrave mais significativo para a consecução de meta maior é o fato dos requerentes, especialmente Prefeituras Municipais, não fornecerem a documentação necessária e não resolverem os impasses a campo dos objetos e áreas de cessão/doação, não obstante esforços do setor responsável para a solução desta questão. Tal situação nos levou a rever os roteiros e campo, pois a tentativa de adiantar os trabalhos não foi acompanhada pelas Prefeituras, de modo que, no ano seguinte, serão realizadas viagens mais pontuais, somente após o fornecimento da documentação e solução dos impasses.

Todas as atividades referentes à emissão de títulos aos particulares continuaram sobrestadas, aguardando a atualização de normativas do Incra e da formação e treinamento de equipe para tal.

Por fim, como de praxe, todo ano são emitidos os boletos de pagamento da terra, que são enviados a todos os titulados. Da mesma forma, são encaminhados cálculos e boletos de quitação e de prestação atrasada a todos aqueles que solicitam. Neste caso, os cálculos são feitos pela Divisão Administrativa.

Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento:

Para contabilização da meta de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em PAs, passou-se a considerar o número de famílias beneficiadas por obras concluídas no período. A meta prevista era de 194 famílias, entretanto em 2016 somente foi concluída a obra de recuperação de estradas conveniada com a prefeitura de São Jerônimo, atendendo 59 famílias.

Tal fato pode ser justificado pela grande quantidade de convênios em andamento da superintendência regional, sendo que algumas frentes não iniciaram efetivamente devido a falta de recursos para liberação da primeira parcela do convênio. Cabe ressaltar também que muitos convênios encontram-se em fase final de execução, porém de maneira geral temos constatado que a execução dos mesmos tem se prolongado, sendo gerados muitos pedidos de termo aditivo de prazo pelas convenientes, bem como as próprias prorrogações de ofício ocasionadas pela falta de financeiro.

Foram empenhados em obras de infraestrutura no ano de 2016, através de complementação de empenho de obras em andamento, bem como celebração de novos convênios, aproximadamente R\$ 7,1 milhões. Deste montante, foram efetivamente liquidados no exercício R\$ 2,2 milhões, resultando no aumento dos recursos inscritos em Restos a Pagar no Incra/RS em mais R\$ 4,9 milhões no presente exercício.

Cabe ressaltar que no ano de 2016, mesmo com o contingenciamento de recursos orçamentários, o que atingiu a presente ação em nível nacional, a nossa meta de descentralização de recursos foi atendida. Entretanto, cabe ressaltar que a maioria dos convênios novos de 2016 foram demandas negociadas diretamente pelas Prefeituras Municipais diretamente com a Diretoria de Desenvolvimento do Incra/Sede. Assim, foram realizadas descentralizações de orçamento específicas para o atendimento destas

demandas, entre as quais podemos citar os convênios com o Município de Nova Santa Rita, para pavimentação de estradas e da construção do Instituto de Educação Josué de Castro, com o Município de Pontão, para pavimentação de estradas e construção de alojamento no Instituto Educar, com o Município de Esmeralda, para implantação das estradas vicinais do PA Dom Orlando Dotti, e com o Município de São Borja, para implantação das estradas vicinais e rede de abastecimento de água do PA Conquista das Missões. As novas frentes iniciadas em 2016 beneficiaram ao todo 688 famílias nestas localidades.

Também foi celebrado, através do Incra/Sede, Termo de Execução Descentralizada com a CPRM, proporcionando a retomada de uma parceira que rendeu muitos benefícios as famílias assentadas no estado, através da revitalização de poços e fiscalização de obras de perfuração, bem como elaborando projetos e diagnósticos em geral.

O ano foi marcado pela disponibilidade muito reduzida de recursos financeiros em todo o período, fato que atrasou ou impossibilitou o pagamento de vários convênios e contratos de infraestrutura, o que também contribuiu para a inscrição de um significativo montante de recursos orçamentários em Restos a Pagar. Este problema ocasionou sérias dificuldades na gestão da ação, inviabilizando a liberação da primeira parcela em vários convênios formalizados em anos anteriores, assim como prejudicou a execução de várias obras em andamento, as quais algumas receberam inclusive ordem de paralisação de serviço por certo período, por definição da Presidência do Incra, sendo que posteriormente as mesmas foram autorizadas a terem continuidade.

Mesmos com as dificuldades financeiras que o Incra vem enfrentando, o fato positivo foi a liberação, em dezembro de 2016, da primeira parcela de financeiro do convênio 796851/2013, cujo objeto prevê a execução de redes de abastecimento de água em diversos PAs, tendo como conveniente a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul.

Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento:

Esta ação pode ser confundida com a ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária, vinculada ao macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária, uma vez que ambas incluem imóveis na base de dados cartográficos do Incra. Para evitar essa distorção, são consideradas na ação apenas as atividades de demarcação de novos PAs e de redefinição de lotes em PAs antigos. Os levantamentos georreferenciados em PAs já demarcados para adequação à Lei nº 10.267/2001 são contabilizados na ação Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.

Nas ações executadas pelo Incra/RS em demarcação topográfica foi estipulada uma meta de 108 famílias atendidas, entretanto a mesma foi amplamente superada, sendo que foram atendidas no exercício 198 famílias em diversos PAs, principalmente atendendo a demandas pontuais, através de execução direta pela equipe de topografia. Em 2016 foram concluídos os trabalhos de demarcação no PA Cristo Rei em São Gabriel, bem como realizados diversos atendimentos pontuais em Alegrete, Santana do Livramento, entre outros.

Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA):

Ação não realizada pelo Incra/RS em 2016.

Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social:

Ação não realizada diretamente pelo Incra/RS em 2016.

Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Nível Superior para a Reforma Agrária:

O Pronera é considerado uma ação continuada, sendo que para a meta referente à execução com o orçamento do exercício são contabilizadas todas as famílias atendidas no exercício, independente do ano do início do curso. A meta prevista para 2016 foi de 610 educandos, sendo que a mesma atingiu 627 educandos em cursos em execução (posição em 31/12/2016), sendo 282 de Nível Médio e 345 de Nível Superior. Não houve conclusão de nenhuma das turmas no exercício de 2016. No decorrer do exercício houve a continuidade de 11 cursos de anos anteriores, além de 1 novo Termo de Fomento e de 1 Termo de Execução Descentralizada celebrados no exercício.

Convênios formalizados em anos anteriores que se mantiveram em vigência durante 2016: 1) Técnico em Administração em Cooperativas/Turma XIV – Incra/IPE-Campo (Nível Médio, 45 educandos); 2) Técnico em Agropecuária Integrado/Turma VI – Incra/Instituto Educar (Nível Médio, 28 educandos); 3) Técnico em Administração em Cooperativas/Turma XV – Incra/IPE-Campo (Nível Médio, 39 educandos); 4) Eja Agroindústria/Turma II (Nível Médio, 30 educandos); 5) Termo de Execução Descentralizada, Técnico em Agroecologia – Incra/IFSUL (Nível Médio, 80 educandos); 6) Medicina Veterinária/Turma II – Incra/Fundação Simon Bolívar/UFPEL (Nível Superior, 52 educandos); 7) História – Incra/ITERRA (Nível Superior, 42 educandos); 8) Tecnólogo em Agropecuária/Turma I – Incra/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI (Nível Superior, 35 educandos); 9) Agronomia/Turma I – Incra/Instituto Educar (Nível Superior, 45 educandos); 10) Agronomia/Turma II – Incra/Instituto Educar (Nível Superior, 57 educandos); 11) Tecnólogo em Agropecuária/Turma II – Incra/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI (Nível Superior, 54 educandos).

Além disso, foram 2 novos instrumentos formalizados em 2016: 1) Termo de Fomento, Técnico em Administração de Cooperativas/Turma XVI – Incra/IPE-Campo (Nível Médio, 60 educandos); 2) Termo de Execução Descentralizada, Medicina Veterinária/Turma III – Incra/UFPEL (Nível Superior, 60 educandos).

Os recursos orçamentários recebidos em 2016 foram empenhados quase na totalidade (R\$ 2. 877.982,90), visando atender os convênios acima citados, com a inscrição do montante de R\$ 1.733.385,98 em Restos a Pagar.

Cabe destacar que no exercício de 2016 o Incra/RS adotou novos instrumentos de parceria, tais como o Termo de Execução Descentralizada e o Termo de Fomento (Lei nº 13.019/2014).

Tendo em vista os instrumentos de parceria utilizados pelo Incra/RS, os trâmites para liberação dos recursos são mais espaçados, o que acarreta em atrasos na liberação das parcelas e mudanças na execução das etapas.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

O Incra/Sede deverá implementar futuramente um sistema gerencial de contratação e execução de obras de engenharia, a ser alimentado pelas superintendências. O mesmo está previsto na Norma de Execução Incra nº 111/2014. Além do acompanhamento de

contratos e convênios existentes, o sistema proporcionará a inserção de dados pelas superintendências referentes ao levantamento do déficit de infraestrutura básica nos assentamentos (água, estrada e energia elétrica), bem como a inclusão de dados que ajudarão a priorizar as demandas (situação de emergência reconhecida, participação nos programas Minha Casa Minha Vida, Brasil sem Miséria, Territórios da Cidadania e outros).

O diagnóstico do déficit habitacional dos assentamentos do RS está sendo realizado através do Sistema de Gestão Rural da ATER (SIGRA), que traz informações de todos os assentamentos atendidos pela ATER. Conforme dados extraídos em 2014, o déficit era de aproximadamente 8%, ou seja, 910 famílias sem moradia na época. Em 2015, o déficit foi reduzido inicialmente para 868 famílias, com a conclusão de 42 casas pelo MCMV. Entretanto, com a criação do PA Dom Orlando Dotti, no município de Esmeralda, com capacidade de 143 famílias, o déficit subiu para 8,9% ao final de 2015. Considerando ainda o diagnóstico de 1.600 casas comprometidas estruturalmente, o déficit total sobe para 2.611 famílias a serem atendidas com construção de casas em PAs. Deste modo, considerando que não foram implantados novos projetos de assentamento em 2016, entendemos que o déficit se manteve estacionado, considerando também que ocorreu uma redução significativa do número de obras contratadas pela Caixa Econômica Federal através do MCMV.

De maneira geral, o déficit de infraestrutura vem sendo enfrentado em consonância com a Norma de Execução Incra nº 111/2014, através da celebração de convênios com municípios e Governo do Estado, licitações realizadas diretamente pelo Incra/RS, parcerias, termos de cooperação ou mesmo programas de outros órgãos do Governo Federal.

Neste sentido a superintendência tem como estratégia a contratação de projetos, principalmente de redes de abastecimento de água e pontes de concreto armado, com vistas à formação de um banco de projetos para posterior priorização e execução de obras.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

Em 2016 a ação de supervisão de assentamentos, mesmo com restrições apontadas anteriormente, procurou atender as demandas pontuais apresentadas. Entretanto, de maneira geral, buscou-se que a ação cada vez mais se agregasse a outras ações de campo, tais como a supervisão do crédito instalação, demandas e denúncias de caráter ambiental, acompanhamento de demandas do Ministério Público Federal e Delegacias de Polícia Federal e participação em atividades desenvolvidas pela ATER.

Como resultado, mesmo com um número de servidores abaixo do ideal, entende-se que a ação atendeu o combate das irregularidades nos assentamentos.

Para 2017 a estratégia de supervisão deve ser mantida, porém deve-se buscar a qualificação do processo, aumentando a eficiência da ação, com maior utilização de ferramentas disponíveis (ATER e sistemas desenvolvidos no Incra/RS), fazendo com que as atividades de campo sejam ainda mais focadas em problemas pré-identificados, facilitando deste modo a organização dos trabalhos e realização de equipes de força-tarefa para atuações específicas em determinadas regiões, bem como ações coordenadas com outros setores ou divisões.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Crédito Instalação

A principal estratégia do Setor de Crédito do Incra/RS em 2016 para fomentar o desenvolvimento dos assentamentos foi a ação de liberação da modalidade Fomento Mulher do Novo Crédito Instalação, a qual está diretamente relacionada à inserção social e econômica das mulheres nos processos produtivos, assim como a melhoria da renda das famílias, ampliando conceitos e mudando paradigmas relacionados a questão de gênero. Muito embora os resultados não atingiram a meta estabelecida, há convicção, a exemplo dos resultados de fiscalização do Apoio Mulher (antiga modalidade), de que este é um crédito que tem seu objetivo atingido.

Para todas as ações do Setor de Crédito, incluindo todas as modalidades, uma das ações diferenciadas foi manter um estreito diálogo com os servidores da Divisão de Desenvolvimento, com as famílias e com as prestadoras de ATER e técnicos de campo, para ir além dos esclarecimentos e elaboração de projetos necessários, mas para trocarmos experiência e apontar soluções as dificuldades que se apresentaram neste período, principalmente em relação à operacionalização do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI). Considerando os vários entraves que surgiram com a implementação deste sistema, o Incra/RS realizou atividades intensivas e alguns mutirões para atingir os objetivos propostos, mas infelizmente muitas das soluções ou mesmo problemas identificados são relativos a questões externas ao Setor de Crédito, como a falta de documentos pessoais para a necessária atualização cadastral, além de problemas ligados a própria construção do sistema, que demandam ações do Incra/Sede para a liberação do crédito às famílias.

Há um elevado passivo de anos anteriores, especialmente dos anos de 2014 e 2015, o que deverá receber atenção prioritária em 2017.

2. Agroindustrialização

No exercício de 2016 continuou-se investindo na cadeia de produção do arroz orgânico, bem como na execução de obras em andamento e celebração de convênio para conclusão de obras em uma micro usina de cana-de-açúcar em Itacurubi/RS.

Para 2017 existe possibilidade do Incra/Sede, conforme disponibilidade de recursos, atender novamente ao apoio a realização de feiras, através da aquisição de novos kits feira, ampliando uma ação que já vem sendo realizada pela superintendência, priorizando os grupos de mulheres, bem como outras ações pontuais de apoio à matriz produtiva agroecológica.

3. Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização

Para esta ação não foi estabelecida nenhuma meta para o ano de 2016 pelo Incra/RS. No serviço de assistência técnica (ATER) disponibilizado pelo Incra/RS está previsto o assessoramento às cooperativas e demais estruturas organizativas ligadas à Reforma Agrária, bem como o apoio para os estabelecimentos agroindustriais existentes e em implantação e para ampliar a inserção dos assentamentos nos mercados institucionais.

4. Educação no campo

O Pronera no Rio Grande do Sul é um dos mais atuantes no país, possuindo um grande número de cursos em andamento, assim como, sempre são apresentadas novas demandas pelas instituições proponentes. Os servidores da superintendência também participam das atividades no Incra/Sede, auxiliando na operação do programa nacionalmente.

Inovações ocorreram efetivamente. No RS foram abertos cursos pioneiros, como o de Medicina Veterinária, contemplando pessoas oriundas de Projetos de Assentamento de todo o Brasil, e o Tecnólogo em Agropecuária, primeiro curso no país para o público do Crédito Fundiário.

A crescente demanda pelos cursos do Pronera se deve à complexa realidade do campo, na qual os cursos oferecidos têm como objetivo contribuir para promoção do desenvolvimento rural sustentável dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária.

O Pronera vem contribuindo com a qualificação dos projetos de assentamento, pois forma e capacita jovens e adultos, tornando-os aptos a trabalharem em seus lotes e atuarem na assistência técnica e nas mais diversas áreas que a Reforma Agrária requer, agregando valor aos produtos oriundos do campo, qualificando e contribuindo para a geração de renda às famílias assentadas e fortalecendo a fixação destas nas áreas rurais.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

A Divisão de Desenvolvimento do Incra/RS possui um grupo de gestão composto pelo Chefe da Divisão, Chefes de Serviços e coordenadores das áreas, visando o compartilhamento da gestão e definição e acompanhamento das ações estratégicas da divisão.

Também existem instrumentos de controle das ações através de planilhas, e em alguns casos através de sistemas específicos, tais como o SISREG (Sistema de Controle das Ações de Regularização dos Lotes dos Projetos de Assentamento) e o SIGRA (Sistema de Gestão Rural da ATER). Está para ser implantado também um sistema informatizado para o acompanhamento da ação de Infraestrutura. Também, há o acompanhamento mensal das metas físicas das ações da Divisão, a partir da alimentação do Módulo de Monitoramento do SIR. A gestão da Divisão de Desenvolvimento está alinhada com as estratégias definidas pela direção, bem como a regularidade normativa dos processos.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Apresentamos, abaixo, os resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, quais sejam:

a) índice de acesso à água para consumo doméstico;

- b) índice de provimento de PDA/PRA;
- c) índice de acesso à moradia nos assentamentos;
- d) número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população;
- e) índice de provimento de assistência técnica;
- f) renda média das famílias;
- g) índice de parcelas supervisionadas;
- h) índice de consolidação de assentamentos.

Gráfico 6 – Índice de acesso à água para consumo doméstico

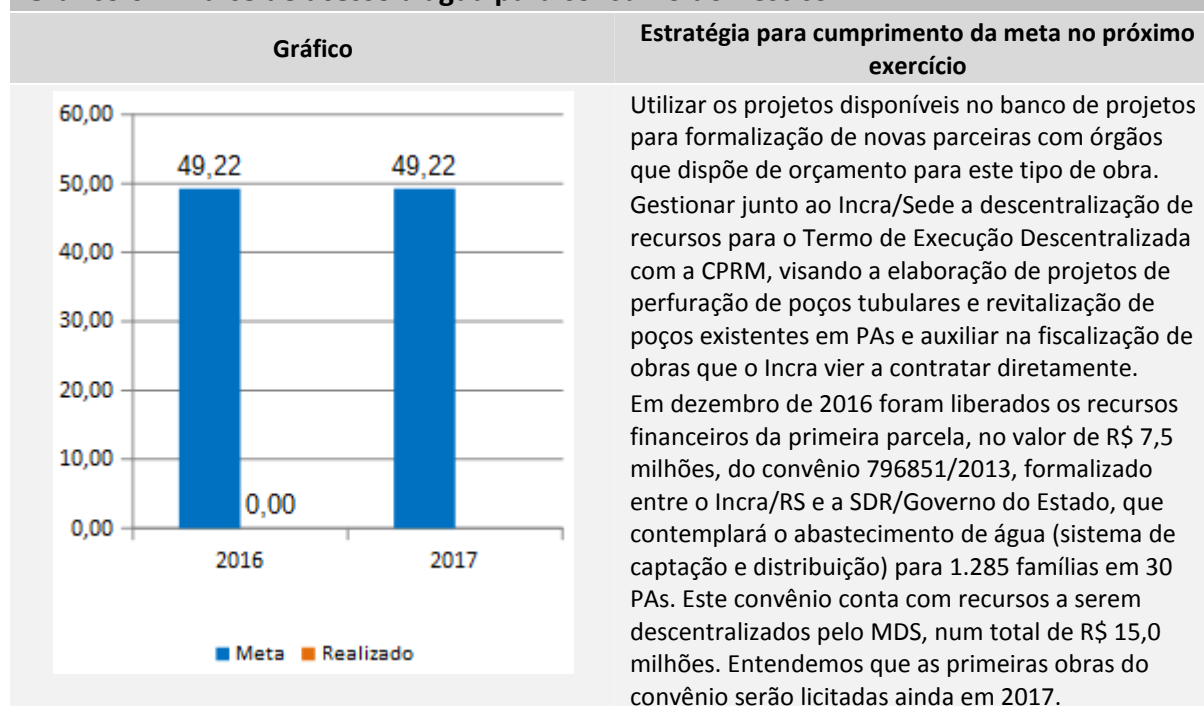


Gráfico 7 – Índice de provimento de PDA/PRA



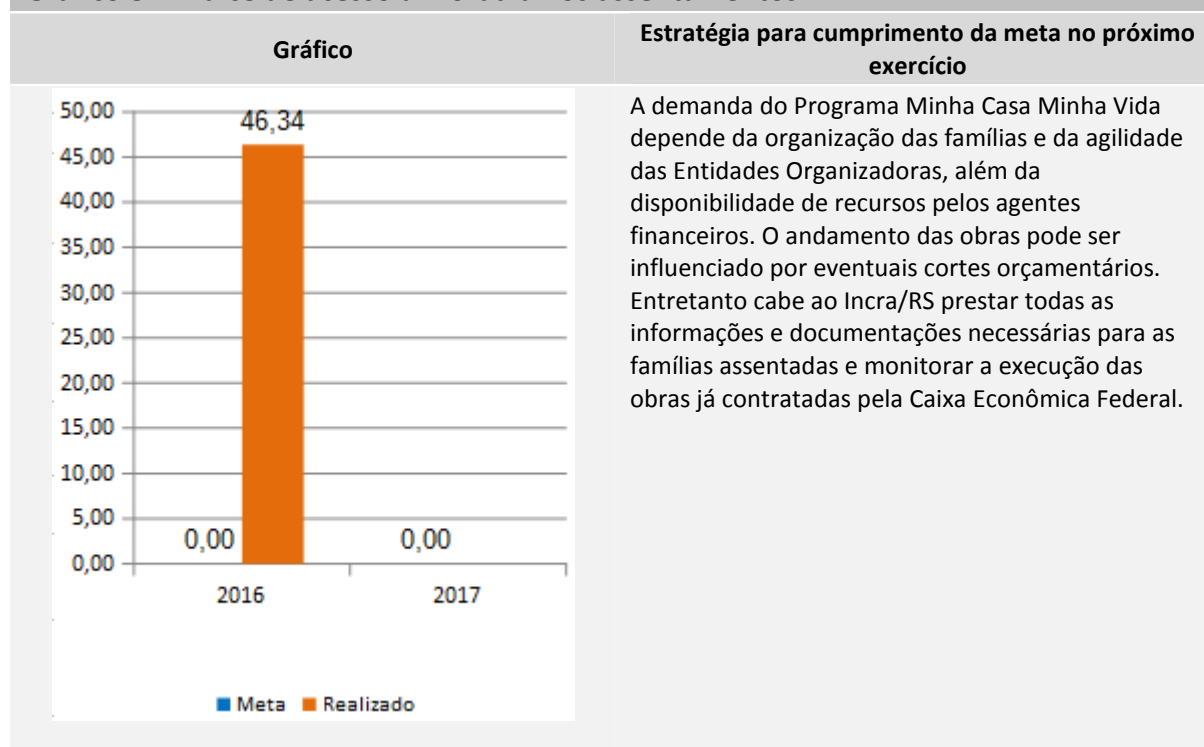
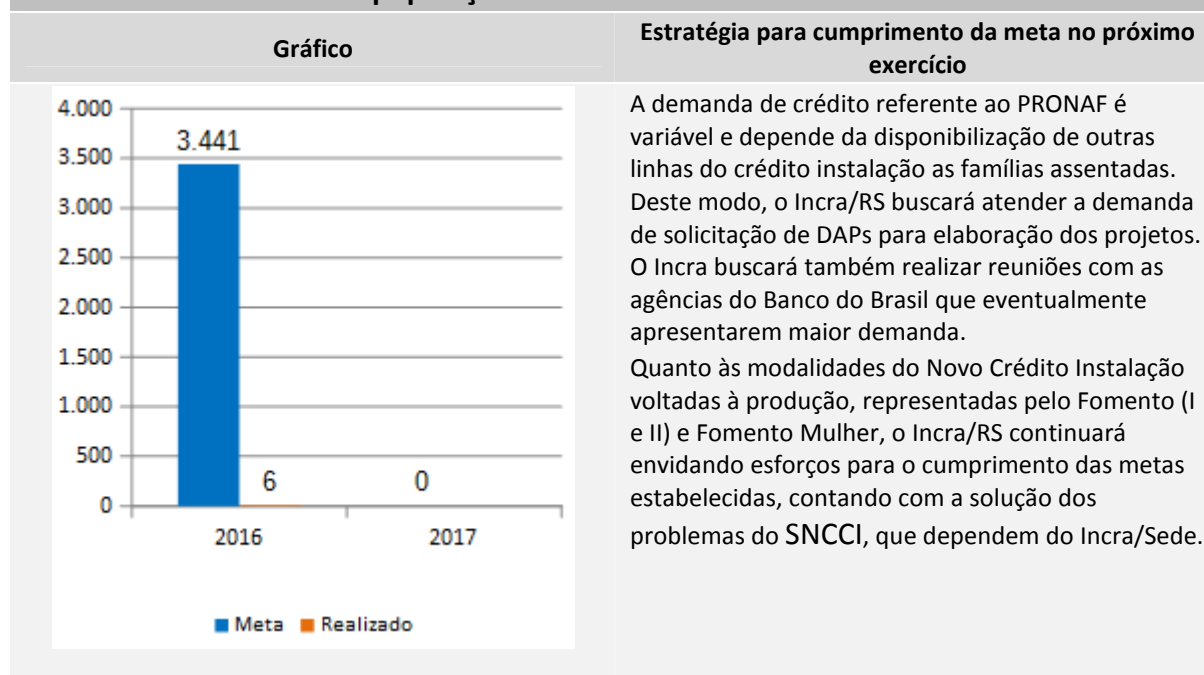
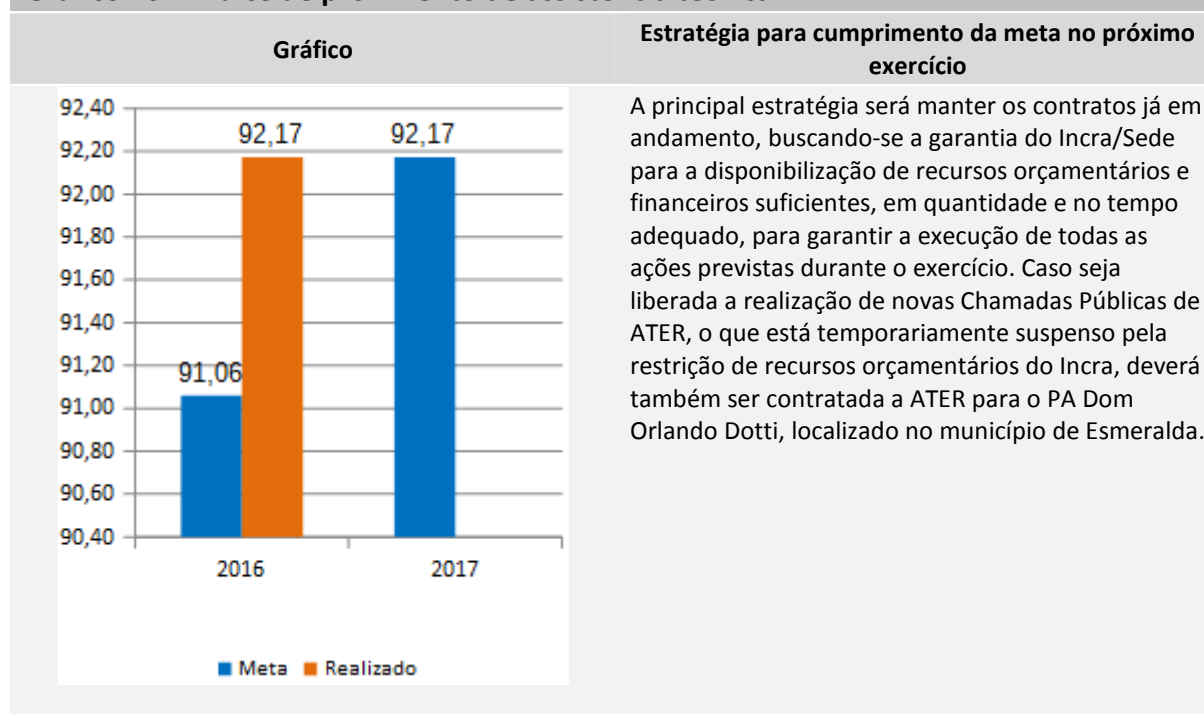
Gráfico 8 – Índice de acesso à moradia nos assentamentos**Gráfico 9 – Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população**

Gráfico 10 – Índice de provimento de assistência técnica



Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
Não há	Não há levantamento deste indicador disponível no Incra/RS para 2016. Entretanto, no Programa de ATER, através do Termo de Cooperação com a UFSM, está em uso o Sistema de Gestão Rural da ATER (SIGRA), que traz o diagnóstico social e econômico detalhado de todas as famílias atendidas no RS. Numa visão evolutiva deste sistema, acredita-se que será possível contarmos com a avaliação da renda das famílias em todos os assentamentos do Estado.

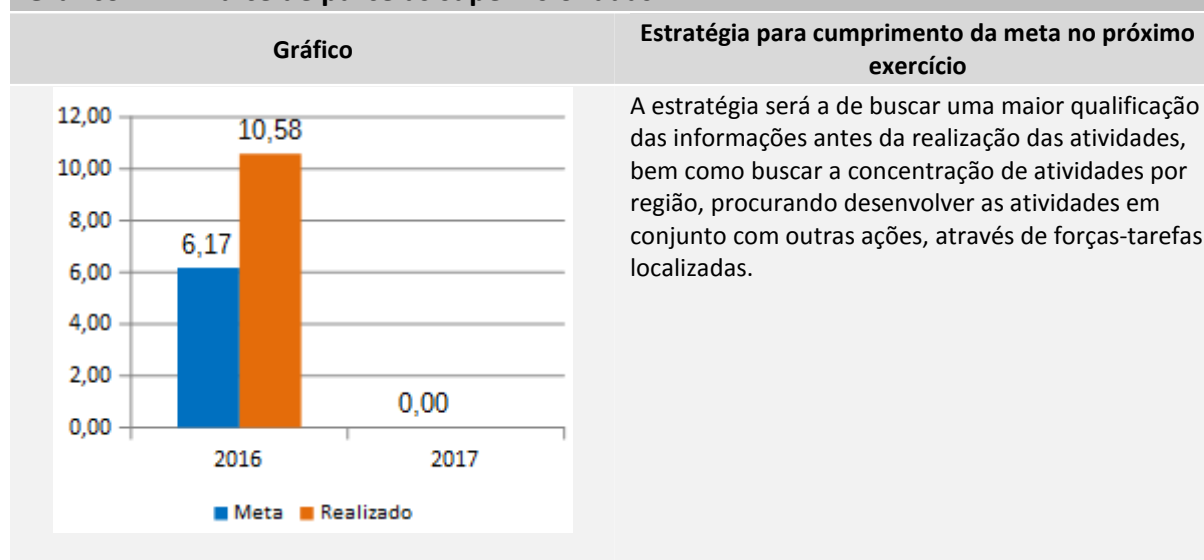
Gráfico 11 – Índice de parcelas supervisionadas**Índice de consolidação de assentamentos**

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
Não há	Ação não realizada pelo Incra/RS em 2016, pois há uma lacuna nas orientações a partir do Incra/Sede e nas normativas sobre o assunto.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Este item não se aplica para o Incra/RS.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

As ações de ATER foram desenvolvidas nos projetos de assentamento organizados em 20 Núcleos Operacionais (NO) no RS, cujos contratos originam-se das Chamadas Públicas nº 01/2012 e nº 01/2013 realizadas pelo Incra/RS, regidas pela Lei nº 12.188/2010.

Para a elaboração e quantificação das metas contratuais, mantivemos a metodologia construída desde o ano de 2011 onde, através de um banco de horas técnicas e num processo de construção com cada um dos projetos de assentamento, se dimensiona a capacidade operativa das equipes técnicas e garante um maior envolvimento das equipes e dos assentados na definição das atividades a serem realizadas.

A composição entre metas estaduais, metas regionais e ações complementares possibilita uma grande aproximação das ações com a realidade de cada Núcleo Operacional. As metas estaduais, definidas em nível estadual com a aprovação do Conselho Estadual de ATER são de execução comum para todos os Núcleos Operacionais. Já as metas regionais foram definidas a partir do SIGRA (Sistema Integrado de Gestão Rural da ATER), onde as equipes técnicas discutem e definem em cada assentamento os temas e atividades a serem executadas pelas equipes, que por sua vez, são programadas a partir de uma lista de

ferramentas metodológicas existentes. Cada ferramenta corresponde a uma carga horária composta pelo tempo de planejamento da atividade, mais o deslocamento da equipe, execução e sistematização da atividade. Partindo do entendimento que parte do tempo de trabalho das equipes precisa estar reservada ao atendimento de eventualidades e ações não planejadas, foi estabelecido um tempo de 15% sobre o total de horas disponíveis no banco de horas para estas ações.

Durante o ano de 2016 buscou-se consolidar a construção diferenciada de metas focadas em produtos, através do SIGRA e da Rede de Unidades de Observação Pedagógica – RUOP, que colaboram para elucidar com maior clareza a situação real das famílias, bem como os pontos centrais e prioritários da intervenção da ATER, estimulando os técnicos e assentados na reflexão dos condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção e para a geração de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos em bases locais e/ou regionais.

Nos esforços de enfrentamento da pobreza, mantivemos as metas relativas à execução do projeto de inclusão e estruturação produtiva para cerca de 2.000 famílias assentadas em situação de pobreza, resultante de uma parceria entre o Incra, o MDS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que prevê o fornecimento de um “Kit de estruturação produtiva agroecológica” para cada família e o acompanhamento efetivo pelas equipes de ATER, bem como, a realização de atividades de formação, motivação e inclusão social e produtiva das famílias.

O assessoramento técnico para as cooperativas e demais estruturas organizativas ligadas à Reforma Agrária, bem como o apoio para os estabelecimentos agroindustriais existentes e em implantação e para ampliar a inserção dos assentamentos nos mercados institucionais, também se constituem em ações que se enquadram como diretrizes estratégicas para a atuação das equipes.

Em relação aos custos do programa de ATER, observa-se que, mesmo com o incremento realizado através da Chamada Pública nº 01/2013 e o reajuste do contrato, o custo médio por família por ano ficou em torno de R\$ 1.375,30, valor muito próximo do ano de 2015 e dos praticados por outras superintendências com características similares às do RS. Ressalta-se, novamente, a disponibilidade reduzida de recursos orçamentários e financeiros em 2016, o que resultou no corte de 50% das metas previstas nos contratos e nos respectivos repasses a partir do mês de setembro, por determinação do Incra/Sede.

Importante salientar que o Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Maria, formalizado diretamente com o Incra/Sede, que tem por objetivo fornecer suporte técnico e gerencial para acompanhamento, planejamento e articulação das equipes de ATER, através da atuação de Assessores Técnicos Pedagógicos no RS, permaneceu vigente até o mês de maio/2016.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item não se aplica para o Incra/RS.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

No ano de 2016 não houve auditorias no Incra/RS por parte da Auditoria Interna da autarquia.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da superintendência ao planejamento estratégico

Os principais controles instituídos no Incra/RS em 2016 para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a superintendência são:

- a) construção do Plano de Ação 2016 no âmbito da superintendência, seguindo os critérios estabelecidos pelo Incra/sede, com a definição do Plano de Metas e Créditos Orçamentários (Caderno de Metas) para o exercício;
- b) realização de reuniões periódicas de trabalho com Grupo de Direção Ampliado da superintendência (participação de todos os chefes de Divisão e gestores de programas), visando nivelar informações e procedimentos, estabelecer as metas de trabalho e avaliar o andamento das ações estabelecidas no Plano de Ação 2016. Estas reuniões têm rebatimento em todas as Divisões;
- c) realização de um Planejamento Operacional sistemático em todas as Divisões, com base nas ações e metas estabelecidas no Plano de Ação 2016;
- d) controle da execução das metas físicas através da alimentação mensal do Módulo de Monitoramento do SIR, com homologação pelo Superintendente Regional.

4.2.2- Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Os principais controles instituídos no Incra/RS para assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados do Incra e corporativos da administração pública federal são:

- a) controle da execução das metas físicas através da alimentação do Módulo de Monitoramento do SIR, com homologação mensal pelo Superintendente Regional;
- b) acompanhamento dos contratos e convênios formalizados no âmbito da superintendência, através da verificação e acompanhamento das ações nos sistemas SICONV e SIAFI;

c) estabelecimento da segregação de funções em todos os níveis de ação da superintendência regional.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

Não há uma cultura institucional no Incra para o estabelecimento de controles internos em suas ações. O Incra/RS, numa iniciativa local, com apoio e acompanhamento da CGU/RS, iniciou a implantação de um sistema de controle interno na área de transferências voluntárias (convênios).

A implantação de um sistema de controle interno na área de convênios no Incra/RS surgiu da necessidade de qualificar a gestão destes instrumentos na superintendência, tendo em vista o grande passivo existente, o grande volume de recursos aplicados nesta modalidade e as recorrentes recomendações dos órgãos de controle.

A implantação do referido sistema está de acordo com os termos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10/05/2016, de iniciativa associada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Controladoria-Geral da União (CGU), onde os controles internos da gestão se constituem na primeira linha de defesa das organizações públicas para propiciar o alcance de seus objetivos. O sistema de controle interno usou como referência metodológica o Método COSO, que inclui 5 componentes: Ambiente Interno, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informação e Comunicação, Monitoramento.

Por tratar-se de um processo novo na autarquia, houve necessidade de execução de uma série de ações até então não desenvolvidas no dia a dia da instituição, envolvendo conscientização sobre o problema, capacitação sobre as metodologias a serem utilizadas, formalização de uma estrutura inicial e uma dinâmica de sistematização dos passos realizados.

Cabe salientar, ainda, que o trabalho desenvolvido pelo Incra/RS na implantação do sistema de controle interno na área de convênios participou do “4º Concurso de Boas Práticas” promovido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), que busca estimular, reconhecer e premiar ações no Poder Executivo Federal que contribuam para a melhoria da gestão pública. A iniciativa foi selecionada como um dos 6 finalistas na categoria “Fortalecimento dos Controles Internos”.

A metodologia utilizada pelo Incra/RS para desenvolver as atividades seguiu as etapas previstas para a constituição de um planejamento estratégico. Este processo ocorreu, em parte, de forma concomitante à discussão do Planejamento Estratégico Participativo do Incra/RS, com atividades realizadas desde dezembro/2015 pela equipe de gestores da superintendência.

As etapas desenvolvidas na implantação do sistema estão descritas abaixo:

a) avaliação do cenário atual da área de convênios no Incra/RS, através da utilização da matriz SWOT como ferramenta de análise do ambiente interno (pontos fortes e pontos fracos) e do ambiente externo (ameaças e oportunidades);

b) análise do fluxo dos convênios, desde a constituição da demanda, passando pela formalização, execução e prestação de contas;

c) avaliação de riscos na área de convênios, com a definição das ações em que há maior probabilidade de ocorrência e maior grau de impacto para a ação, identificando as respectivas causas e estabelecendo as prioridades de atuação;

d) construção dos planos de ação para enfrentar cada risco prioritário, definindo etapas, prazos e responsáveis para mitigação dos riscos;

e) definição dos indicadores de desempenho e de impacto;

f) aplicação dos demais componentes do Método COSO (ambiente de controle, informação/comunicação e monitoramento), a partir de oficinas com a participação da CGU/RS;

g) estudo sobre soluções de TI objetivando instituir um sistema informatizado para implementar e monitorar as ações referentes ao sistema de controle interno.

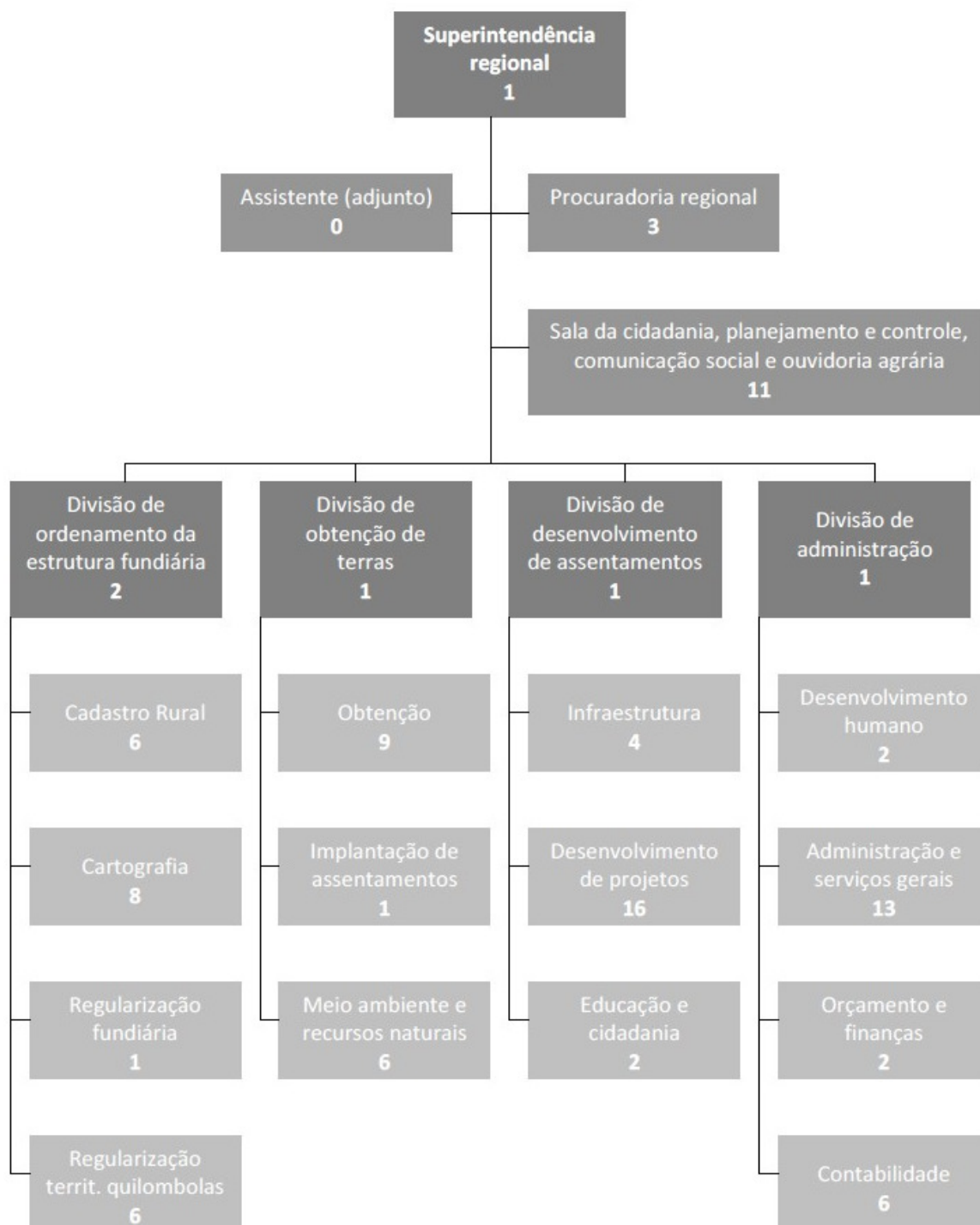
Pretende-se colocar em prática o sistema de controle interno na área de convênios no primeiro trimestre de 2017, com resultados a serem colhidos durante todo o exercício. Ademais, pretende-se, com esta experiência, desenvolver sistemas similares em outras áreas, em especial na área de licitações e compras e na área do crédito instalação.

A avaliação completa dos controles internos no Incra/RS encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

Tendo em vista que, no decorrer do ano de 2016, não houve novas admissões através de concurso, tão pouco qualquer outra situação que aumentasse ou diminuísse em grande escala o quantitativo de servidores ou a demanda de trabalho, entendemos que a situação da distribuição de servidores na superintendência permanece igual à do exercício anterior. Sendo assim, a análise é a mesma do Relatório de Gestão 2015, com pequenas alterações.

Atualmente o Incra/RS possui 91 servidores ativos e em exercício, seja no Gabinete ou nas Divisões.

Para fins de visualização geral da situação, é importante salientar que, do quadro atual de servidores, há 6 cedidos para outros órgãos (AGU e MAPA) e outros 7 licenciados (licença para tratar de interesse particular, afastamento para cursar mestrado/doutorado, afastamento para missão no exterior, etc). Ou seja, no que se refere ao quadro de ativos, o Incra/RS conta com 104 servidores providos e aptos a desempenhar atividades para o órgão.

Cabe avaliar também a distribuição por situação funcional. Nesse aspecto, dos 102 servidores distribuídos na tabela de lotação, há a seguinte divisão: os servidores ativos, do quadro do Incra, em exercício, somam 91; há 3 Procuradores Federais em exercício descentralizado; há 6 servidores anistiados (MAPA, Ministério dos Transportes e CBTU); e há 2 nomeados para exercer cargo em comissão.

Importante salientar também que dos 104 servidores ativos, 21 recebem abono permanência. Ou seja, aproximadamente 20% do quadro se encontra em plenas condições de aposentar a qualquer momento. Estima-se que outros 30% atinjam essa condição nos próximos 5 anos, dada a elevada média de idade do quadro – aproximadamente 48 anos – e o fato de pouco mais de 50% do quadro já ter ultrapassado a faixa dos 50 anos.

Como adendo, vale apontar também que, atualmente, há 38 terceirizados atuando na SR, bem como 2 estagiários. Dos contratos de terceirizados, englobam-se contratos de limpeza, segurança e recepcionista.

No início do ano de 2014, a Direção da superintendência realizou um estudo, baseado em suas necessidades à época em relação à força de trabalho ideal. A conclusão foi de que o quadro mínimo ideal seria de 164 servidores. Sob nossa ótica, esse estudo permanece atualizado. Ou seja, no nosso ponto de vista, essa superintendência teria necessidade de, ao menos, aproximadamente 60% mais servidores em exercício. Acredita-se que com esse quadro seja possível trabalhar de forma eficiente e eficaz e, também, futuramente, reduzir o quadro de terceirizados, mesmo que esses sejam de áreas de apoio.

Ou seja, como se pode observar, a situação atual do quadro preocupa, pois já está consideravelmente abaixo do ideal, com forte tendência de diminuição, seja por aposentadorias, seja por vacâncias em razão de admissão noutros órgãos públicos. Há necessidade de concurso que preveja a admissão de um grupo relativamente grande de servidores (ao menos cerca de 60 vagas), nas mais diversas áreas, para que seja possível ao menos amenizar a tendência de decréscimo que existe, bem como todos os males causados pela sobrecarga de trabalho em razão do quadro reduzido.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

No que se refere às ações de capacitação, no ano de 2016 houve o término do ciclo de capacitações e treinamento comportamental em gestão de pessoas, que vinha sendo

realizado desde 2014. O treinamento abrangeu todo o quadro funcional e trabalhou as mais variadas questões relacionadas à gestão de pessoas em diversos módulos. Entendemos que a participação foi muito positiva e os resultados são percebidos de forma bem clara no dia-a-dia da superintendência. Muitos servidores melhoraram sua postura e passaram a entender melhor a sua responsabilidade na resolução das mais variadas questões, bem como sua importância na construção de melhores resultados para as equipes e a superintendência como um todo. Acreditamos que esse trabalho seja contínuo, e entendemos que, futuramente, seja interessante retomar conceitos e exercitar o aprendizado com novas capacitações.

Iniciado no final de 2015, outro grande foco da capacitação em 2016 foi uma capacitação geral em planejamento estratégico participativo. Tal tema representou a continuidade ideal para os trabalhos em gestão de pessoas que vinha sendo realizado. Após vários módulos realizados, tem-se como produto todas as etapas iniciais de um planejamento estratégico para a SR, que aponta o diagnóstico e análise de problemas, definição de estratégias e estabelecimento do plano de ação. O trabalho está suspenso provisoriamente, em razão de mudanças na gestão da superintendência. As próximas etapas envolverão as definições de cada plano de ação no planejamento operacional.

Outra ação iniciada em 2016, com avaliações muito positivas, foi a capacitação em gestão de conflitos agrários. O curso tratou sobre técnicas básicas de negociação, bem como sobre a natureza dos conflitos e outras premissas básicas visando ajudar os servidores a administrar situações onde haja divergências e conflitos.

As ações de capacitação também atenderam demandas técnicas específicas dos servidores, buscando sempre priorizar os cursos oferecidos por escolas do governo.

Sendo assim, como tem sido praxe nos últimos anos, a superintendência tem, em suas atividades de capacitação, uma de suas áreas mais destacadas. A SR concentra esforços e investimento nessa área, pois entende que assim qualifica o seu quadro o que é uma das formas de amenizar os males causados pelo quadro reduzido de servidores.

Indicadores relacionados

Gráfico 12 – Índice de abrangência de capacitação

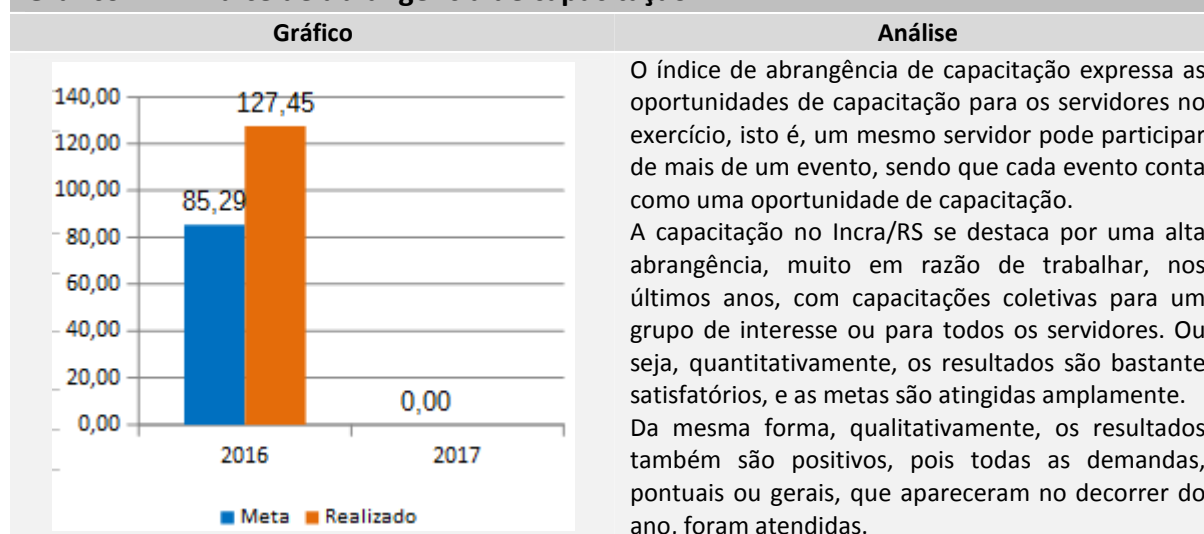
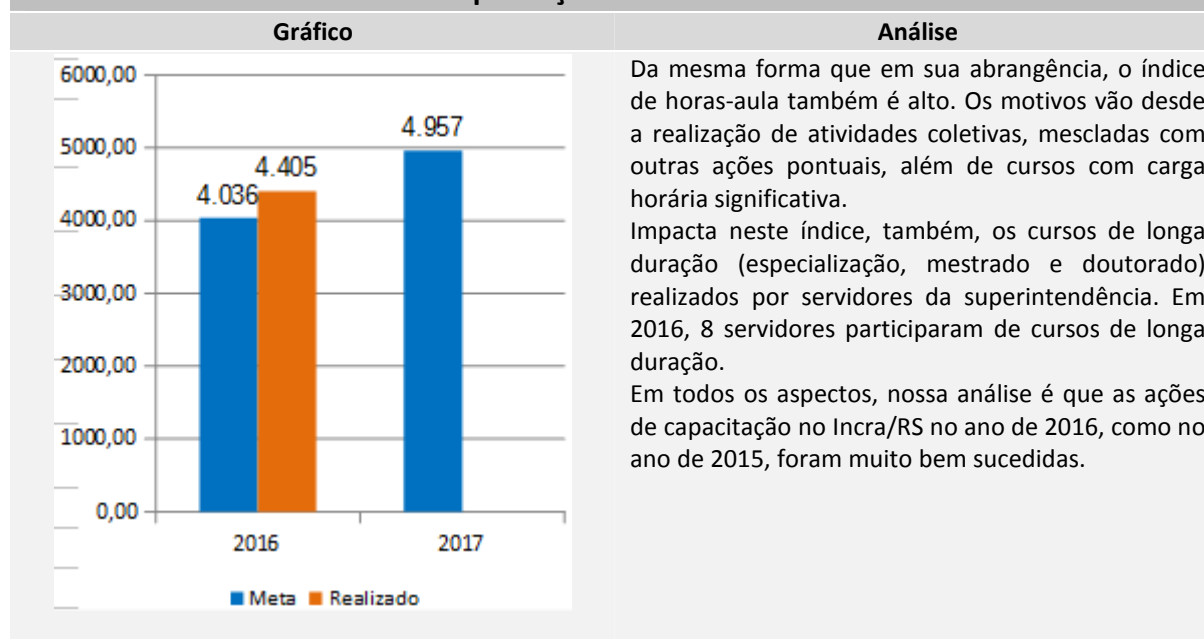


Gráfico 13 – Índice de horas de capacitação



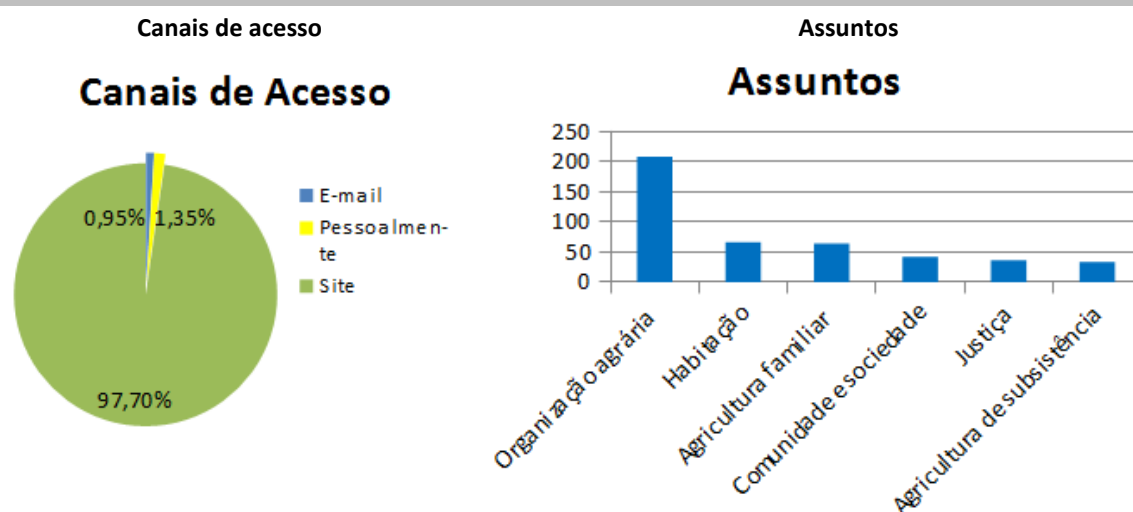
A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

Quadro 16 – Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016			
<i>Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da superintendência</i>			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Organização agrária	208	-	-
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Habitação	66	-	-
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura familiar	64	-	-
Pessoa, família e sociedade - Comunidade e sociedade	42	-	-
Justiça e Legislação - Justiça	36	-	-
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura de subsistência	33	-	-
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	27	-	-
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	22	-	-
Governo e Política - Administração pública	16	-	-
Agricultura, extrativismo e pesca - Política agrícola	13	-	-
Outros	142	-	-
TOTAL	669	91,03%	-

Gráfico 14 – Características do acesso do cidadão à SR



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

A fonte dos dados do quadro acima é o Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes do e-SIC, expedido pela Ouvidoria do Incra/Sede, que tem como referência todas as demandas nacionais registradas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016.

Do total das informações solicitadas pelo público, em 2016, cerca de 3,0% (19 pedidos de informação) se referem a residentes no RS. Não há outras informações, segmentadas por Estado dos dados obtidos pelo e-SIC.

Com relação ao atendimento ao público externo no Incra/RS, além dos dois sistemas pré-existentes (Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC) foi implantado o portal da Sala da Cidadania Digital. Os dois primeiros sistemas lidam, respectivamente, com o cadastramento e trâmite de processos e o cadastramento e trâmite de documentos. A Sala da Cidadania Digital possibilita o acesso direto do público beneficiário (via web) de renegociações de dívidas do PRONAF, atualizações cadastrais, certidão de beneficiário (para o INSS) e Declarações de Assentado, entre outras funcionalidades. Através da Sala da Cidadania Digital foram emitidas 2.139 atualizações cadastrais, 899 certidões de beneficiários para o INSS e 14 DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF).

Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas, como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) e o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).

Com relação aos controles internos estabelecidos diretamente pelo Incra/RS, merecem destaque outras ações desenvolvidas pela superintendência, a qual presta relevantes serviços ao público, principalmente do meio rural, mas também presta outros atendimentos ao público em geral. Entre as ações de atendimento ao público realizadas pelo Incra/RS em 2016, relacionamos o seguinte:

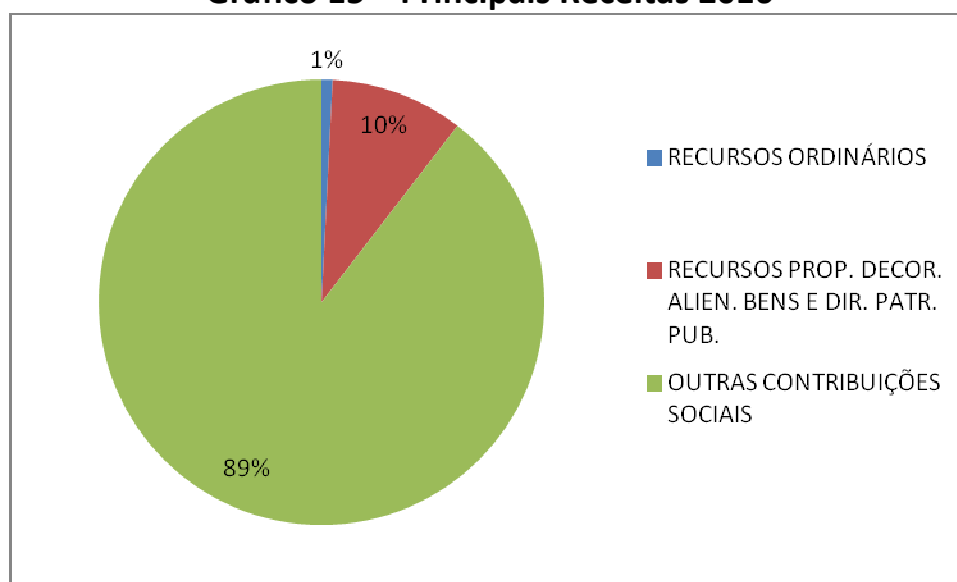
-
- a) Processos protocolados no SISPROT em 2016: 2.475 processos;
- b) Atendimentos presenciais na Sala da Cidadania da sede do Incra/RS: em 2016 foram 4.863 atendimentos, sendo 3.114 atendimentos para certidões de averbação de tempo de aposentaria de trabalhadores rurais e 1.749 atendimentos vinculados a temas de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR);
- c) SICAF: o Incra/RS é o órgão cadastrador de 274 fornecedores no sistema SICAF (que demandam atualizações freqüentes);
- d) SICONV: o Incra/RS é o órgão cadastrador de 151 entidades sem fins lucrativos do Estado, além de 59 Prefeituras Municipais, 4 Secretarias Estaduais, 4 Fundos Municipais e 2 Consórcios Intermunicipais, totalizando 220 cadastros no SICONV sob sua responsabilidade. Pode-se dizer que o Incra/RS figura entre os maiores órgãos cadastradores do SICONV no RS, o que demanda uma expressiva quantidade de trabalho na Divisão Administrativa;
- f) Documentação da Mulher Trabalhadora Rural: houve seis mutirões de documentação do programa em 2016 (nos municípios de Itacurubi, Turuçu, Fontoura Xavier, Redentora, Lajeado do Bugre e Crissiumal), totalizando 3.400 documentos expedidos, com o atendimento de 5.393 pessoas com documentos, serviços previdenciários, assistência social, entre outros.
- g) Ouvidoria Agrária: 1.153 famílias foram atendidas regularmente com entrega de cestas básicas de alimentos em acampamentos de agricultores sem terra e em assentamentos recém criados, totalizando 6.918 cestas básicas distribuídas em 2016. Dentro deste programa também foram entregues 93 rolos de lona plástica para atender acampamentos de agricultores sem terra.
- h) Outros: além das ações de atendimento ao público relacionadas acima, o Incra/RS atende regularmente proprietários de terra interessados em vender o seu imóvel para a criação de assentamentos e, também, vários assentados da reforma agrária de todas as regiões do RS para resolver problemas, dirimir dúvidas a respeito de créditos, titulação e regularização dos lotes nos assentamentos. Esta atuação, especialmente aos agricultores assentados, é diária e requer uma grande dedicação de tempo por parte da Divisão de Desenvolvimento do incra/RS.

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1- Desempenho financeiro do exercício

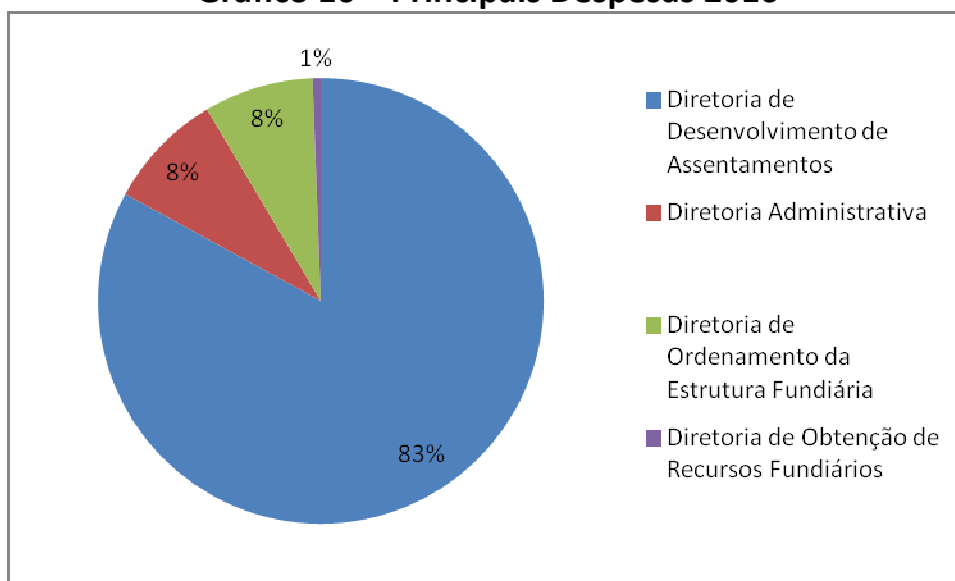
Gráfico 15 – Principais Receitas 2016



Principais receitas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
RECURSOS ORDINÁRIOS	227,92	223,43	-
RECURSOS PROP. DECOR. ALIEN. BENS E DIR. PATR. PUB.	-	2.785,26	-
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3.982,76	-	-
TAXAS POR SERVICOS PÚBLICOS	18,54	-	-
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	28.992,91	25.835,33	-
Total	33.222,13	28.844,02	-

Nas principais receitas estão informadas todas as provisões recebidas pelo Incra/RS nos anos de 2015 e 2016, nas respectivas fontes de recursos. Para o ano de 2017, como esta superintendência apenas executa despesas, inexistiu a informação de quais fontes custearão as despesas do exercício.

Gráfico 16 – Principais Despesas 2016



Principais despesas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos	28.622,57	23.645,53	*
Diretoria Administrativa	2.730,49	2.423,30	*
Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária	289,58	2.262,18	*
Diretoria de Obtenção de Recursos Fundiários	1.119,56	170,41	*
Total	32.762,20	28.501,42	

*metas não definidas até o momento

As principais despesas do Incra/RS estão informadas por Diretoria, levando-se em conta a execução orçamentária dos exercícios de 2015 e 2016. Nos valores apresentados não constam os gastos relacionados ao Gabinete da Presidência e os Destaques Orçamentários do MDA que foram executados de forma descentralizada na superintendência regional do RS.

Assim como em 2015, as ações relacionadas ao desenvolvimento de assentamentos rurais continuam sendo o foco principal das políticas públicas da autarquia. Em 2016 estes valores correspondem a mais de 83% do total dos gastos efetuados.

Em 2016 os gastos administrativos da unidade tiveram uma redução de mais de 12% em relação ao de 2015, o que corresponde ao esforço fiscal de redução de custos com cortes significativos nos contratos administrativos.

Os valores investidos na área de ordenamento fundiário foram significativamente superiores aos de 2015, principalmente pelos gastos nas ações de regularização fundiária e nas indenizações de áreas de remanescentes de quilombos.

Na política de obtenção de terras para novos assentamentos, a autarquia não operacionalizou a compra de novas áreas o que ocasionou uma redução significativa de valores em relação ao ano de 2015.

Ainda não foram definidas as metas orçamentárias/financeiras de 2017, o que deve ocorrer tão logo sejam definidos os contingenciamentos pelo governo federal.

Com relação aos repasses financeiros, o ano de 2016 foi marcado por restrições importantes durante todo o ano, ocasionando atrasos nos pagamentos de contratos e convênios, com prejuízos no andamento de obras e serviços.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

De acordo com a lei 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Demonstração 1 – Balanço Patrimonial	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016
Demonstração 2 – Balanço Orçamentário	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016
Demonstração 3 – Balanço Financeiro	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016
Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016
Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016
Demonstração 6 – Notas Explicativas	-

Assim, as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo aplicação da contabilidade do setor público são as relacionadas acima.

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 121110301 (Empréstimos Concedidos a Receber) registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

No exercício de 2016, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), foram emitidos 2.850 cartões da modalidade Apoio Inicial e 3.052 da modalidade Fomento Mulher. Foram realizadas 4.220 operações do Apoio Inicial, totalizando R\$ 10.128.000,00 e 5.893 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 17.679.000,00.

O quantitativo de beneficiários que receberam Crédito Instalação foi maior do que o número de cartões emitidos, pois alguns receberam o cartão em 2015 e somente tiveram crédito concedido em 2016.

No exercício de 2016, o saldo da conta 121110301 fechou com o montante de R\$ 5.736.102.346,82, representando uma redução de R\$ 149.358.310,02 em relação ao saldo inicial do exercício, que era de R\$ 5.885.460.656,84. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, conforme dados do SNCCI, em consonância com a MP nº 636/2013 da Lei nº 13.001/2014, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela sede da autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

No segundo semestre de 2016, na sede da autarquia, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa (DA) a capacitação de servidores das 30 superintendências regionais, divididos em duas turmas. O treinamento teve por objetivo formar usuários e multiplicadores no módulo cobrança do SNCCI, especificamente na emissão de GRU cobrança do Crédito Instalação. Na segunda turma, participaram do treinamento inclusive alguns servidores da Controladoria Geral da União (CGDAG), os quais foram cadastrados como usuários do sistema com perfil de consulta.

Por intermédio do SNCCI, foram emitidas 5.560 GRU-Cobrança, relativas aos créditos novos, vencíveis em 2016. Deste total, 5.175 guias foram pagas tempestivamente pelos devedores, volume bastante expressivo. Ao final do ano, a inadimplência foi de apenas 6,92%.

Ao longo de 2017, o módulo cobrança do SNCCI evoluirá para atender as exigências da FEBRABAN e com isto será implantada a emissão de GRU-Cobrança Registrada. Além disto, a partir da implantação dos relatórios gerenciais, novas evoluções em curso e da interligação do sistema com a Sala da Cidadania, será otimizada a gestão da cobrança e a contabilização das receitas e da provisão para devedores duvidosos, além de permitir que o próprio beneficiário acesse via internet a GRU para pagamento.

Em relação à cobrança do crédito antigo, o módulo cobrança do SNCCI ainda não foi evoluído para atender esta finalidade, tendo em vista que a Lei nº 13.001/2014 ainda não foi regulamentada. Inobstante, o cadastramento de processos de créditos antigos no SNCCI pode ser feito normalmente pelas superintendências regionais, funcionalidade esta disponibilizada desde 2014, a partir das capacitações que foram realizadas em todo o País.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

A conta 121219808 (Créditos a receber em parcelas/lotes) registra o montante relativo aos valores que o Incra tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016 o saldo final da conta era R\$ 109.935.294,32.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da Lei nº 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia Legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa (IN) referente aos títulos de parcelas de projetos de assentamento.

As tratativas para construção do SNT (Sistema Nacional de Titulação) estão sendo mediadas pela Diretoria de Gestão Estratégica (DE), por meio da Coordenação de Tecnologia do Incra (DET), juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o Incra e por isso está suspensa. A idéia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à titulação no Incra. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do Incra que dará andamento ao projeto.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro 17 – Situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 775/2016-TCU-Plenário	9.2	Determinar cautelarmente ao Incra a suspensão, até deliberação do mérito pelo TCU, das seguintes ações: 1. seleção de novos beneficiários para a reforma agrária; 2. assentamento de novos beneficiários já selecionados; 3. novos pagamentos de créditos para beneficiários com indícios de irregularidades; 4. remissão dos créditos para beneficiários com indícios de irregularidades; 5. acesso a outros benefícios e políticas públicas do PNRA para beneficiários com indícios de irregularidades.	Implementação das ações previstas no Plano de Providências Regional, elaborado pelo Incra/RS em outubro/2016, que prevê as seguintes etapas a serem realizadas: 1. organização das divisões; 2. capacitação dos servidores envolvidos; 3. comunicação geral e notificação pessoal às famílias assentadas; 4. recepção dos documentos comprobatórios; 5. instrução e análise processual; 6. decisão pelo deferimento ou pelo indeferimento; 7. atualização do SIPRA; 8. supervisão ocupacional; 9. rescisão do contrato do PNRA nos casos em que se aplica.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações pendentes de atendimento pelo Incra/RS (status “Monitorando”), constantes no Sistema Monitor Web da CGU, foram encerradas pela CGU/RS em 30/12/2016 (passaram para o status “Não Monitorada”), em virtude da edição do Decreto nº 8.889/2016, que vinculou o Incra à estrutura da Casa Civil da Presidência da República. Desta forma, a responsabilidade pelo acompanhamento das recomendações pendentes passou a ser da Ciset/PR.

Apesar desta situação, relatamos a seguir as providências adotadas pelo Incra/RS referentes às 28 Recomendações da CGU/RS para a autarquia, na situação “Não Monitorada”, que tiveram o encaminhamento para a Ciset-PR, constantes no Sistema Monitor Web da CGU:

Quadro 18 – Situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201109246	65574	Em relação ao Convênio 702527/2008, quando da análise da prestação de contas, realizar criteriosos exames, relativamente à totalidade dos recursos transferidos, inclusive com a verificação da documentação comprobatória original da despesa.	A prestação de contas foi analisada e aprovada, portanto o convênio está concluído.

Continuação Quadro 18.

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201109246	39463	Utilizar os indicadores institucionais desenvolvidos pelo Incra/Sede como instrumentos de apoio à gestão e, que nos casos de comprovada ausência de utilidade dos mesmos, diligencie junto Incra/Sede para que sejam realizadas as devidas alterações ou complementações.	Não há discussão patrocinada pelo Incra/Sede para utilização dos indicadores institucionais como ferramenta de gestão. Em 2016, o Incra/RS iniciou a implantação de um sistema de controle interno na área de convênios, com a definição de indicadores para monitoramento da ação específica. Além disso, foi realizada capacitação de todos gestores regionais em planejamento estratégico participativo, onde a definição e utilização de indicadores têm papel fundamental no processo.
201305865	9993	Providenciar a devolução, por parte da conveniente, de todas diárias de alimentação e hospedagem pagas em desacordo com o previsto no Convênio nº 700877/2008 e no Convênio nº 700883/2008.	A prestação de contas do convênio 700877/2008 foi analisada e aprovada, portanto o convênio está concluído. A prestação de contas do convênio 700883/2008 foi analisada e conta com parecer favorável, faltando ser aprovada pelo gestor.
201305865	58003	Observar os seguintes aspectos previamente à aprovação das prestações de contas: a) execução física e financeira de forma integrada; b) execução físico-financeira deve ser comparada com os valores e metas previstos. Em caso de necessidade justificada para a realização de despesas não previstas, deve-se observar o requisito de aprovação de termo aditivo previamente a realização da despesa.	O sistema de controle interno na área de convênios está em desenvolvimento no Incra/RS e tem por objetivo proporcionar melhorias em todo o processo de formalização, acompanhamento, execução e prestação de contas dos convênios.
201305865	83067	Exigir dos convenientes a adequada execução das transferências no SICONV, bem como também realizar as ações de responsabilidade do concedente nesse sistema.	O sistema de controle interno na área de convênios está em desenvolvimento no Incra/RS e tem por objetivo proporcionar melhorias em todo o processo de formalização, acompanhamento, execução e prestação de contas dos convênios.
201305865	83068	Realizar análise da efetiva aplicação dos recursos destinados ao Convênio nº 637095 e ao Convênio nº 654154 e finalizar esses convênios no SIAFI.	As prestações de contas foram analisadas e aprovadas, portanto os convênios estão concluídos.
201305865	83045	Providenciar a autuação, para cada contrato de terceirização, de um processo administrativo de liquidação e pagamento, por exercício financeiro, e, ainda, um processo administrativo de acompanhamento e análise da documentação trabalhista e previdenciária.	O Incra/RS vem mantendo a sistemática de abertura de um processo de pagamento e um de fiscalização para os contratos de terceirização, conforme recomendação. Há um processo de fiscalização para cada exercício e para cada contrato. Tal procedimento tem melhorado a organização processual, bem como aprimorado o controle da fiscalização.

Continuação Quadro 18.

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201305865	83047	Estabelecer procedimentos que contemplem a verificação de relacionamentos entre as empresas consultadas.	O Incra/RS tem cumprido com rigor esta recomendação, realizando pesquisas, via internet (SICAF) e Receita Federal, de verificação dos relacionamentos entre as empresas consultadas.
201305865	83048	Cumprir o disposto na conclusão do Parecer Normativo da Procuradoria-Geral Federal, DEPCONSU/PGF/AGU Nº 02/2012, que versa acerca da pesquisa de preços: I. instrução dos processos administrativos voltados à contratação de bens e serviços com pesquisa de preços adequadamente parametrizada, ampla e atualizada, que reflita, efetivamente, o preço praticado no mercado.	Conforme já informado no Relatório de Gestão 2015, as pesquisas de preço vem sendo realizadas de acordo com a Instrução Normativa nº 5/2014 – SLTI/MP e Caderno de Logística – Pesquisa de Preços do MPOG.
201305865	83049	Cumprir o disposto na conclusão do Parecer Normativo da Procuradoria-Geral Federal, DEPCONSU/PGF/AGU Nº 02/2012, que versa acerca da pesquisa de preços: II. a Administração deve editar ato normativo interno, disciplinando os aspectos de indicação do setor responsável pela realização da pesquisa de preços; definição de modelo de formulário de pesquisa de preços; e determinação de padrão de análise das pesquisas de preços e a responsabilidade pela execução deste estudo.	Conforme já informado no Relatório de Gestão 2015, o Incra/RS tem mantido a padronização das pesquisas, bem como incluído o nome do servidor e o setor responsável nas pesquisas de preço.
201305865	83050	Dar cumprimento às disposições contidas no artigo 56 da Lei nº 8.666/1993 e no Acórdão nº 401/2008, bem como ao cumprimento do disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato firmado e ainda ao disposto no Manual de Licitações e Contratos do TCU, no que tange à apresentação da garantia contratual.	As garantias continuam sendo cobradas regularmente, não havendo contratos descobertos no Incra/RS.
201305865	83051	Adotar, em relação ao convênio 577966, providências para o registro de inadimplência dos municípios intervenientes, bem como instauração de TCE, se pertinente, caso não comprovados os aportes de contrapartida.	A prestação de contas foi analisada e aprovada, portanto o convênio foi concluído.
201314991	140359	Atentar para a execução tempestiva do objeto do Convênio nº 723497, bem como para a concomitância entre a execução física e financeira das obras previstas.	A prestação de contas foi analisada e aprovada, portanto o convênio foi concluído.

Continuação Quadro 18.

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201315103	140360	Quando da realização de acompanhamento do andamento de obras de estradas vicinais, verificar se essas encontram-se em conformidade com o cronograma avençado e com o montante de recursos repassados.	O sistema de controle interno na área de convênios está em desenvolvimento no Incra/RS e tem por objetivo proporcionar melhorias em todo o processo de formalização, acompanhamento, execução e prestação de contas dos convênios.
201315108	140368	Realizar nova análise da prestação de contas final do Convênio nº 600099/2007, demandando providências da Prefeitura Municipal de Aceguá e glosando os trechos não realizados.	Através de nova vistoria realizada pelo Incra/RS, constatou-se que a extensão total prevista no projeto não foi executada. Assim, o Incra/RS encaminhará à conveniente a cobrança do valor referente ao trecho H1.
201315108	140369	Realizar nova vistoria no trecho H3 e instar a Prefeitura Municipal de Aceguá a recuperar a estrada de forma que essa atinja os objetivos pretendidos com a formalização do Convênio nº 600099.	Com relação ao trecho H3, após manifestação da conveniente, o Incra/RS realizou nova vistoria, a qual constatou que o trecho encontra-se em condições normais de trafegabilidade. Além disso, as obras de recuperação do vertedouro da barragem não foram realizadas em razão do convênio não contemplá-las.
201503812	155342	Fortalecer os controles internos da área de gestão do Crédito Instalação, mediante a instituição de rotinas de monitoramento visando evitar o atraso na execução dos projetos de melhoria das moradias das famílias assentadas.	A Divisão de Desenvolvimento está empenhada em implantar procedimentos de monitoramento e controle para as obras de construção e melhoria das unidades habitacionais nos assentamentos.
201503812	155345	Dar prioridade à análise das prestações de contas referentes aos Convênios nº 637095, 654154, 700363, 700265 e 701653, uma vez que se encontram sob análise do Incra/RS desde o exercício de 2012, último exercício avaliado pela CGU em Auditoria Anual de Contas.	As prestações de contas foram analisadas e aprovadas, exceto do convênio 700265, portanto os convênios foram concluídos. A análise da prestação de contas do convênio 700265 foi realizada e está aguardando a solução das pendências pela conveniente.
201503812	155346	Fortalecer o sistema de controle interno na área de transferências, criando procedimentos operacionais e de controle, rotinas de trabalho e verificação, checklists, fortalecendo os componentes ambiente de controle, informação/comunicação e monitoramento.	O sistema de controle interno na área de convênios está em desenvolvimento no Incra/RS e tem por objetivo proporcionar melhorias em todo o processo de formalização, acompanhamento, execução e prestação de contas dos convênios. A metodologia usada baseia-se no COSO, incluindo os componentes ambiente interno, avaliação de riscos, atividades de controle, informação/ comunicação e monitoramento.
201503812	155348	Adotar sistemática de supervisão por terceiros sobre a qualidade dos trabalhos de análise das prestações de contas.	O Incra/RS carece cada vez mais de servidores, com a redução progressiva do quadro. Sendo assim, o problema de falta de servidores persiste. O Incra/RS comunicou seguidas vezes o Incra/Sede da situação, sem qualquer mudança ou resultado.

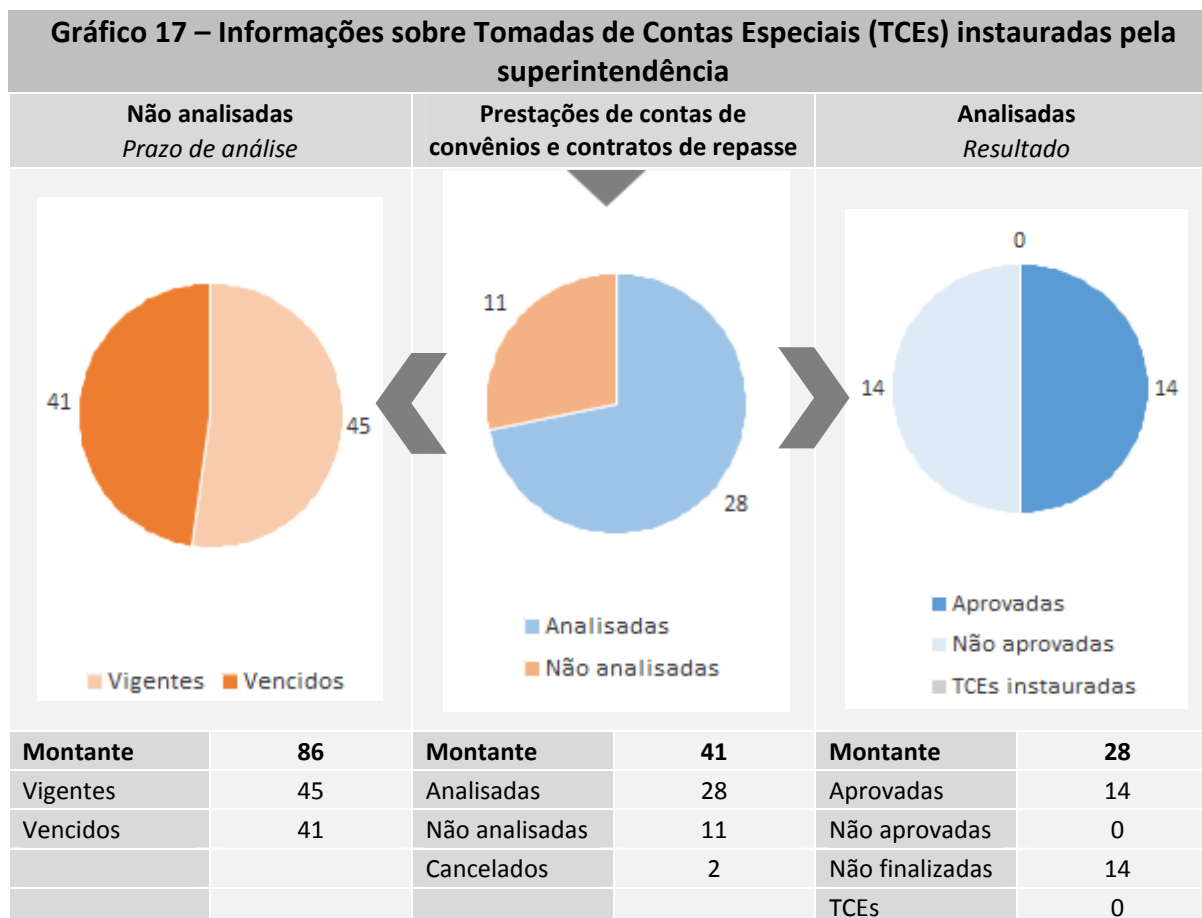
Continuação Quadro 18.

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201503812	155351	Formalizar rotinas e procedimentos para acompanhamento dos prazos das prestações de contas das transferências voluntárias e para adoção de providências cabíveis no caso de inadimplemento, inclusive quanto à instauração de tomada de contas especial.	O sistema de controle interno na área de convênios está em desenvolvimento no Incra/RS e tem por objetivo proporcionar melhorias em todo o processo de formalização, acompanhamento, execução e prestação de contas dos convênios.
201503812	155354	Providenciar a análise da prestação de contas referente ao Convênio nº 754058/2010, firmado com o Instituto IPE-Campo.	O convênio teve sua prestação de contas aprovada pelo gestor no final do exercício de 2016. Será providenciada a atualização da situação do convênio no Siconv.
201503812	155355	Incluir procedimentos e rotinas em seus controles com vistas à verificação prévia da mora ou inadimplência da conveniente que vier a celebrar novo convênio com o Incra/RS.	O sistema de controle interno na área de convênios está em desenvolvimento no Incra/RS e tem por objetivo proporcionar melhorias em todo o processo de formalização, acompanhamento, execução e prestação de contas dos convênios.
201503812	155341	Dar acesso amplo e igualitário ao Cadastro Geral de Candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária para os trabalhadores rurais ou àqueles que comprovem experiência em atividades agropecuárias, nos termos da Norma de Execução nº 45/2005, em consonância com a Recomendação PRDC/RS nº 01/2011 do MPF.	A partir da publicação do Acórdão nº 775/2016-TCU-Plenário, de abril/2016, foi suspensa a seleção de novos beneficiários para a reforma agrária pelo Incra, o que impactou na edição de novos editais de seleção no Incra/RS. O Incra/RS aguarda a publicação da nova normativa de seleção de famílias, que está em elaboração pelo Incra/Sede, bem como a análise do mérito da questão pelo TCU.
201503812	155339	Promover a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação, conforme determinação contida no item 9.3 do Acórdão nº 775/2012 - TCU - 1ª Câmara.	O Incra/RS aguarda orientações do Incra/Sede sobre os procedimentos a serem realizados.
201503812	155340	Proceder à verificação pelo fiscal do Contrato nº 0020/2014, do titular da conta cujos recursos estão sendo utilizados para pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários dos contratos para prestação de serviços terceirizados continuados.	A contratada tem efetuado todos os pagamentos através de sua própria conta. O fiscal tem revisando mensalmente a questão. Não houve mais pagamentos por contas de terceiros.
201503812	155336	Rever os termos do Contrato nº 0020/2014, de forma que a contratação de mão de obra terceirizada para exercer função de recepcionista não ultrapasse ao número necessário para atender aos critérios estabelecidos no Decreto nº 2.271/97, de 07 de julho de 1997.	No ano de 2016 houve o corte de 10 postos de terceirizados – 9 recepcionistas e 1 técnico em mecânica. Não houve qualquer retorno do Incra/Sede sobre a possibilidade de substituição de terceirizados por servidores concursados.

Continuação Quadro 18.

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201503812	155337	Informar ao Incra/Sede, o número de terceirizados desempenhando atividades administrativas na Unidade para que esse, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, adote as providências necessárias à regularização da situação.	O Incra/RS encaminhou relatório administrativo à Diretoria de Gestão Administrativa em agosto/15, apresentando o entendimento da CGU e reivindicando concurso para sanar eventual redução no contrato. Não tivemos qualquer retorno sobre o assunto. Da mesma forma, não houve novos concursos que pudessem suprir essa necessidade. Mesmo assim, houve corte de 10 postos de trabalho terceirizado.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



Análise

Muito embora a superintendência ainda possua um expressivo passivo de convênios que aguardam a análise da prestação de contas, essa tem trabalhado com afinco para zerar o estoque de passivo de convênios, bem como melhorar a gestão e controle dos convênios. Tem adotado uma série de medidas, dentre as quais: reuniões rotineiras de planejamento com o grupo gestor, acompanhamento constante do andamento dos processos, melhorias nos controles e pedido de apoio ao Incra/Sede e a outras superintendências regionais.

Destaca-se, também, o aumento de vinculações de fiscais financeiros a cada convênio. Tal fato melhora a fiscalização e acompanhamento do convênio e, principalmente, agiliza, na fase final do convênio, a análise de prestações de contas, evitando que novos passivos se agreguem aos atuais. Ou seja, além de reduzir seu passivo, o Incra/RS tem se focado também em evitar a geração de novos passivos, fato possível com a melhoria do acompanhamento na fase de execução.

Outro fator bastante relevante se refere à instauração de um sistema de controle interno para convênios na superintendência. Tal ação provém de um trabalho conjunto com a CGU/RS, que capacitou os gestores da área em relações aos métodos mais difundidos de

controle interno – vide método COSO, escolhido como mecanismo de trabalho para o sistema de controle do Incra/RS. Um grupo de responsáveis foi designado, via Ordem de Serviço, para se responsabilizar pela implementação do sistema na superintendência. Esse grupo se encontra periodicamente para reuniões (algumas com participação de representantes da CGU) de análise, planejamento e avaliação. Conforme andamento do trabalho, já há definição e avaliação em relação aos principais riscos e seus níveis de impacto e frequência, bem como planos de ação para cada risco. A implementação definitiva deve se dar no decorrer do ano de 2017.

Devido a todas essas principais ações e medidas corretivas supracitadas, já é bastante perceptível o notável avanço na resolução da problemática do passivo de convênios, conforme apontado a seguir.

De acordo com o explanado no item 3.2, o Incra/RS possui um expressivo passivo de convênios que aguardam a análise da prestação de contas.

Considerando os convênios do SICONV, em 31/12/2016, cerca de 48% dos convênios em trâmite (vencidos e vigentes) na superintendência tiveram sua vigência expirada e estão aguardando análise da prestação de contas. Nesse mesmo período, dos 28 convênios analisados pelo Incra/RS, 14 convênios tiveram sua prestação de contas aprovada, sendo que outros 14 convênios aguardam a solução de pendências pela conveniente, entre eles 1 está inscrito em inadimplência e outro se encontra com a inadimplência suspensa. Dessa forma, obteve-se um índice de conclusão de 34% do total de convênios vencidos.

Em relação a anos anteriores, esses resultados apresentam uma melhoria expressiva na gestão dos convênios e no saneamento de passivos. Estima-se que, até o final do ano de 2017, mantendo-se o ritmo de trabalho e todas as ações implementadas, o passivo de estoque de convênios com análise de prestações de contas vencidas será zerado.

Com relação à Tomada de Contas Especial, a superintendência não teve processos abertos para este fim, pois as medidas administrativas tomadas para sanar irregularidades foram devidamente atendidas, sem a necessidade de instauração de TCE.

Desta maneira, é fato que a superintendência está muito engajada na qualificação e melhoria na gestão dos convênios, uma vez que está aprimorando o acompanhamento e a fiscalização dos mesmos, concentrando esforços no saneamento de passivos e ainda evoluindo na forma como faz o controle de todo o fluxo de trabalho. Tudo isso visando, evidentemente, garantir a boa e regular aplicação dos recursos públicos repassados às convenientes.

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A superintendência regional do Incra/RS adota para o pagamento de suas obrigações financeiras os procedimentos dispostos no art. 5º da Lei nº 8.666/1993.

Todos os pagamentos (após a devida entrega das notas fiscais e da verificação, pelos fiscais da autarquia, do material/serviço prestado estarem em conformidade com o contratado) são encaminhados ao Setor Financeiro e são liquidados, respeitando-se a ordem cronológica de recebimento, sendo emitidas as respectivas ordens bancárias em até 5 dias úteis do recebimento das notas.

No caso de inexistência de limites financeiros na unidade (por problemas de repasse regular pelo Tesouro Nacional), as ordens bancárias são emitidas com as devidas correções monetárias previstas em contrato, sempre obedecendo a ordem de chegada dos recebimentos das notas fiscais pela autarquia.

Além disso, o Incra/RS tomou conhecimento dos termos da nova Instrução Normativa nº 2, de 06/12/2016, da Secretaria de Gestão do MPOG, que trata da observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG. O atendimento integral das determinações da referida IN depende de orientações e normatização por parte do Incra/Sede, em especial o que determina o parágrafo 2º do Art. 5º da instrução.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Quadro 19 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	

Continuação Quadro 19.

3	Procedimentos de controle				
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X	
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X			
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X	
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	X			
4	Informação e comunicação				
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X	
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X	
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X	
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X			
5	Monitoramento				
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X			
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X			
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X	
	Legenda dos valores				
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.				
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.				
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.				
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.				

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Quadro 20 – Resultados do atendimento ao público externo

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Processos protocolados no SISPROT	2.475	2.475	-	SI	SI
Certidões para tempo de aposentadoria - presencial	SI	3.114	SI	SI	SI
Cadastro de imóveis rurais – CCIR - presencial	SI	1.749	SI	SI	SI
Cadastro de fornecedores no SICAF	274	274	-	SI	SI
Cadastro de convenientes no SICONV	220	220	-	SI	SI
Documentação da Mulher Trabalhadora Rural	SI	5.393	-	SI	SI
Cestas Básicas para acampamentos	1.153	1.153	-	SI	SI

SI = sem informação

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 5.1

Ordenamento da Estrutura Fundiária (item 3.3.1):

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
92,97	97,06	95,25

Memória de cálculo:

Índice 2016: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (27.343.878,42 - Fonte: SNCR) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do incra na jurisdição da SR (28.173.146,50 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
129,56	100,00	100,02

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (5.847 - Fonte: SIGEF - Comitê Regional de Certificação) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (5.847 - Fonte: SIGEF - Comitê Regional de Certificação) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

Índice de Regularização Fundiária (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
32,87	0,00	32,87

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício na jurisdição da SR (64 - Fonte: Divisão de Ordenamento do Incra/RS) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento (item 3.3.2):

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
157,41	0,00	157,41

Memória de cálculo:

Índice 2016: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (R\$ 0,00 - Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento).
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
30,02	100,00	100,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: número de assentamentos com licença ambiental requerida – CAR acumulado (191 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do Incra (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização) na jurisdição da SR (191 - Fonte: SIPRA – PAs federais) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2016: Média dos últimos 3 anos. 2017: total dos PAs federais.

Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (item 3.3.3):

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
49,22	0,00	49,22

Memória de cálculo:

Índice 2016: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício na jurisdição da SR (41 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

Índice de provimento de PDA/PRA (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
82,57	81,92	82,08

Memória de cálculo:

Índice 2016: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra (281 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (343 - Fonte: SIPRA – todos os PAs) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	46,34	0,00

Memória de cálculo:

Índice: 2016: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (19 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (41 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2016: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2016) dividido pela Meta de assentamento de famílias (152 - Fonte: Plano de Metas 2016) multiplicado por 100. 2017: Plano de Metas 2017 ainda não publicado.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
3.441	6	0

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: sem informação) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (6 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento).

Previsão/meta: 2016: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: sem informação) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de metas 2016) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (3.441 - Fonte: Plano de metas 2016). 2017: Plano de metas 2017 ainda não publicado.

Índice de provimento de assistência técnica (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
91,06	92,17	92,17

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (11.469 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo número total de famílias assentadas na jurisdição da SR (12.443 - Fonte: SIPRA – todos os PAs) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2016: Meta de famílias a serem atendidas com ATER (11.469 - Fonte: Plano de metas 2016) dividido pela meta acumulada de famílias assentadas na jurisdição da SR (12.595 - Fonte: SIPRA e SIR - Módulo Monitoramento). 2017: Plano de metas 2017 ainda não publicado.

Índice de parcelas supervisionadas (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
6,17	10,58	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 71/2012 com relatório entregue (884 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo número total de parcelas na jurisdição da SR (8.353 - Fonte: SIPRA - PAs federais) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2016: Meta Supervisão (525 - Fonte: Plano de Metas 2016) dividido pela Meta acumulada de famílias assentadas (8.505 - Fonte: SIPRA e Plano de Metas 2016) multiplicado por 100. 2017: Plano de Metas 2017 ainda não publicado.

Gestão de Pessoas (item 5.1):

Índice de abrangência de capacitação (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
85,29	127,45	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (130 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (102 - Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2016: Meta capacitação (87 - Fonte: Plano de metas 2016), dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (102 - Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano). 2017: Plano de metas 2017 ainda não publicado.

Índice de horas de capacitação (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
4.036	4.405	4.957

Memória de cálculo:

Índice 2016: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (4.493 - Fonte: SIR - Módulo Monitoramento) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (102 - Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano).

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

Não há quadros, tabelas e figuras complementares a serem incluídas no Relatório de Gestão 2016 do Incra/RS.